

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

EM BUSCA DA TERRA PROMETIDA:
A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NA PARAÍBA

Sandra Maria Costa

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO: BACHARELADO EM HISTÓRIA

EM BUSCA DA TERRA PROMETIDA:
A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NA PARAÍBA
(58-64 e 78-86)

Monografia apresentada a Banca Examinadora composta pelos professores: Durval Muniz Júnior (orientador), Genny da Costa e Silva e João Mário da Fonseca Lins, conforme exigência de conclusão do Curso de Bacharelado em História da Universidade Federal da Paraíba-Campus II.



Biblioteca Setorial do CDSA. Dezembro de 2022.

Sumé - PB

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Durval Muniz Júnior; a Genny da Costa e Silva, a Regina Reys Novais; ao SEDUP (Serviço de Orientação Popular) da diocese de Guarabira; a Comissão dos Direitos Humanos de Campina Grande-CDHCG e a todos que contribuíram para a realização deste trabalho.

DEDICATÓRIA

A minha mãe Ana dos Santos Costa por sua ajuda inestimável à concretização deste trabalho, assumindo muitas vezes quando não me foi possível, o meu papel de mãe.

E a minha filha Mayara Thais.

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO	vi
CAPÍTULO I - A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL	1
1- A PROBLEMÁTICA DA TERRA NO BRASIL	2
2- O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA	12
3- A QUESTÃO AGRÁRIA NOS ANOS 70	23
CAPÍTULO II - A QUESTÃO AGRÁRIA NA PARAÍBA	29
1- CONDICIONANTES DA QUESTÃO AGRÁRIA NA PARAÍBA.	30
2- A IGREJA E O PROBLEMA AGRÁRIO	41
3- DIFERENTES PROPOSTAS DE REFORMA AGRÁRIA	53
CAPÍTULO III - PERSPECTIVAS DE REFORMA AGRÁRIA NA PARAÍBA (Considerações Finais)	57
BIBLIOGRAFIA	73

"Ai de quem junta casa a casa
Reúne campo a campo
Até que não haja mais lugar
E fique como único proprietário
Na terra".

(Isaias 5,8)

INTRODUÇÃO

- O tema deste trabalho é a luta pela Reforma Agrária na Paraíba, enfocando basicamente dois momentos 1958-64 e 1978-86, dado que foram os dois momentos de grande mobilização em torno desta bandeira.

Embora seja a Reforma Agrária um tema já bastante abordado, a própria conjuntura histórica atual, nos colocou algumas questões acerca deste tema, as quais nos propomos a responder: as dificuldades enfrentadas neste momento para a realização da Reforma Agrária no nosso estado, são as mesmas enfrentadas no período anterior? Diante do quadro com que nos defrontamos na atualidade, quais as perspectivas da realização de uma Reforma Agrária que atenda aos reais interesses dos trabalhadores rurais, vir a ser posta em prática na Paraíba?

A elaboração deste trabalho exigiu a consulta de uma bibliografia geral e específica sobre o tema, além da leitura de artigos de jornais e revistas; também foram utilizadas entrevistas e depoimentos de pessoas envolvidas na luta pela terra na Paraíba e alguns documentos relacionados ao problema.

As limitações da pesquisa devem-se a exiguidade de tempo para realizá-la, por conta de termos alterado o tema que seria objeto de nosso trabalho a poucos meses de redigir esta versão final.

Este trabalho, se preocupa inicialmente em fazer uma abordagem geral sobre o problema da terra no Bra

sil, especificando, num segundo momento, a questão agrária na Paraíba, para servir de suporte a análise da luta pela Reforma Agrária neste estado, que se constitui o eixo principal do nosso estudo.

Elaboramos um terceiro capítulo conclusivo, onde historiamos o debate e a mobilização em torno da Reforma Agrária e nos questionamos acerca das perspectivas da realização desta no período atual da história paraibana.

I - A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

1 - A PROBLEMÁTICA DA TERRA NO BRASIL

As distorções da estrutura agrária brasileira tiveram origem com a própria instalação do sistema colonial no país. A doação de grandes extensões de terra a particulares (as sesmarias), com o intuito de assegurar a "posse" do território brasileiro pela Coroa Portuguesa, fez com que surgissem os primeiros latifúndios.

A extinção desse regime, aliada a ausência de outra legislação regulando a posse de terras devolutas, provocou uma rápida expansão das pequenas unidades produtoras, responsáveis não só pelo abastecimento das vilas e cidades, como (às vezes) dos próprios latifúndios.

Com a implantação da Lei da Terra^e em 1850, restringia-se o acesso às terras, ao mesmo tempo que criavam-se as bases para a organização de um mercado de trabalho livre.

O sistema latifundiário brasileiro, surgiu, desde o início de nossa formação social, como uma empresa do Estado. A pequena propriedade, por sua vez, passa a ser estimulada pelos grandes domínios, seja com o intuito de atrair migrantes não proprietários para a lavoura cafeeira, sob a ilusão de que aqui se tornariam proprietários, seja com a intenção de formar uma reserva de mão-de-obra para os trabalhos ocasionais da lavoura.

Com o crescimento da demanda interna, essa classe de pequenos produtores tende a crescer, estabelecendo-se a partir daí, uma divisão social de trabalho, ficando

do com a grande exploração a agricultura de exportação e com a pequena exploração a produção de alimentos visando o abastecimento interno.

Após 1888, começa a se consolidar no país um princípio de "industrialização" que irá provocar várias alterações na produção agrícola. Além da produção mercantil de alimentos, os pequenos produtores têm agora a possibilidade de produzir matérias-primas para as indústrias nascentes, uma vez que o latifúndio continua a monopolizar a produção destinada à exportação.

O início do presente século é marcado pela crise no setor cafeeiro que se estende até 1932.

No período que se estende de 1933 a 1955, o setor industrial vai-se consolidando e assumindo o comando do processo de acumulação de capital no país.

Durante essa fase, a industrialização se faz pela "substituição das importações". (1)

Após a implantação da indústria pesada (1955/61), instalam-se no país as empresas (multinacionais) produtoras e comercializadoras de máquinas e insumos agrícolas. Com a finalidade de criar um mercado consumidor para esses produtos, o Estado implementou uma política agrícola destinada a incentivar a aquisição dos mesmos, estimulando a concentração da terra e da renda nas mãos de um número cada vez menor de privilegiados.

(1) A indústria nacional, passa a ser estimulada neste período, através de barreiras alfandegárias, que incluíam desde impostos elevados até a própria proibição de importações de produtos acuí industrializados.

A estrutura agrária brasileira se caracteriza, por um elevado grau de concentração da propriedade da terra. "Enquanto algumas propriedades se apossam da maior fração da área territorial, um sem-número de pequenas unidades disputam exíguas áreas que mal permitem ao produtor e sua família extrair daí o seu sustento". (2)

A grande propriedade no Brasil vem crescendo sempre a taxas superiores às das pequenas. (3) Nas épocas favoráveis de expansão econômica, a grande prospera e absorve as pequenas à sua volta. Nas épocas desfavoráveis, ao contrário, a grande se retrai, procura reduzir os seus "custos" e os seus "riscos", repassando a responsabilidade pela exploração de parte de suas terras para pequenos parceiros e arrendatários.

A manutenção de um elevado grau de concentração da terra no país funcionou como um acelerador do processo de urbanização (em virtude do crescimento das migrações do campo para as cidades), responsável pela ampliação do mercado interno para a indústria e pela transformação da agricultura, que se industrializou, seja como compradora de produtos industriais, seja como produtora de matérias-primas para as atividades industriais.

A ampliação do mercado interno para a industrialização brasileira fez-se pela proletarização dos cam

(2) SILVA, José Graziano da. A Modernização Dolorosa (Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil). Rio de Janeiro; Zahar Editores, 1982, p. 39.

(3) Ver Gráfico na página seguinte.

ÍNDICES DE CONCENTRAÇÃO E ÁREA TOTAL APROPRIADA PELOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS E IMÓVEIS RURAIS NO BRASIL:1960-76

DISTRIBUIÇÃO RELATIVA (%)	PORCENTAGEM DA ÁREA TOTAL APROPRIADA (a)						
	ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS			IMÓVEIS RURAIS			
	1960	1970	1975	1965	1967	1972	1976
50 -	3,1	2,9	2,5	4,0	3,5	3,8	3,4
10 +	78,0	77,7	79,0	76,5	77,8	77,9	79,6
5 +	67,9	67,0	68,7	63,6	65,3	68,1	70,1
1 +	44,5	43,1	45,2	42,8	44,6	46,0	47,5
G ^b	0,836	0,838	0,850	0,780	0,820	0,832	0,844
G	0,841	0,843	0,854	0,811	0,832	0,836	0,849
G	0,843	0,845	0,856	0,847	0,846	0,838	0,850
G*	0,842	0,844	0,855	0,820	0,836	0,837	0,849

(a) Obtida, sempre que possível, através da interpolação baseada numa função de densidade linear ou uma curva de Pareto com dois parâmetros.

(b) O primeiro valor correspondente ao índice de Gini convencional (G) calculado, admitindo-se perfeita igualdade dentro dos estratos; a sua precisão depende, portanto, do número de estratos considerados. Os limites inferior (G_i) e superior (G_s), apresentados a seguir, delimitam um intervalo que contém necessariamente o valor verdadeiro do índice de Gini.

O último valor de Gini (G*), proposto por Hoffmann (1979), é calculado estimando-se desigualdades intra-estratos com base em funções de densidade linear e na de Pareto com dois parâmetros para o último estrato, se este for aberto à direita.

Fonte dos dados básicos: Censos Agropecuários de 1960, 1970 e 1975; Cadastros do INCRA de 1965 e suas atualizações de 1967 e 1976.

poneses, através da sua expropriação enquanto produtores independentes.

Segundo Marx:

"O Processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade dos seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção, e converte em assalariados os produtores diretos (...). A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo.

(...) a expropriação e a expulsão de uma parte da população rural libera trabalhadores, seus meios de subsistência e seus meios de trabalho, em benefício do capitalista industrial; além disso, cria o mercado interno. (...) Assim, a expropriação dos camponeses que trabalhavam por conta própria e o divórcio entre eles e seus meios de produção correspondem a ruína da indústria doméstica rural e o processo da dissociação entre a agricultura e a indústria. (4)

Vê-se portanto, que a agricultura nos primórdios do desenvolvimento do capitalismo desempenha claramente um papel de supridor de mão-de-obra e, concomitantemente, transferiu capital e criou um mercado interno para o capitalismo industrial nascente.

(4) MARX, Karl. O Capital. 2a. edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. Volume II, Livro I, Cap. 24. p. 330

Quando o capitalismo evoluiu de uma fase de livre concorrência para o capitalismo monopolista, ocorreu a centralização do capital que resultou na formação de empresas multinacionais que, sob a hegemonia do capital financeiro, estabeleceram uma nova divisão social do trabalho entre as nações.

Por outro lado, o desenvolvimento do capitalismo no campo não pressupõe a destruição total das "formas não especificamente capitalistas de trabalho", como o uso da terra mediante o pagamento in natura (meia, terça, etc.), o trabalho gratuito (cambão, condição), entre outras.

Porém, qual o significado da dominação do capital na agricultura brasileira e as contradições geradas pelo seu desenvolvimento ?

O capital não tem conseguido realizar a expropriação completa do trabalhador, nem revolucionar o processo de produção de modo amplo e dinâmico.

Na realidade, a agricultura brasileira apresenta uma modernização lenta em alguns setores específicos, sustentada em sua maior parte pelos subsídios estatais.

As contradições que o desenvolvimento do capitalismo no campo enseja, foram acentuadas aqui tanto pelo caráter extremamente desigual do desenvolvimento das várias regiões do país, como pela presença marcante do Estado nesse processo.

Além disso, tem-se observado principalmente a partir de 1967 (com a modernização do latifúndio), a ab

sorção das menores propriedades pelas maiores, acentuando ainda mais as desigualdades existentes.

Um outro aspecto a agravar essa situação é que, mais da metade das famílias residentes nos imóveis rurais, não possuem terras.

Observa-se ainda que, muito embora as pequenas propriedades possuam uma maior produção por unidade de área, são as grandes propriedades que, quando não são mantidas inexploradas, (5) geram as maiores rendas. Uma vez que, essa maior produção por unidade de área, não é fruto de uma real capitalização do imóvel, mas, da expropriação e da miséria dos pequenos produtores.

Considerando-se o trabalho assalariado (quer temporário, quer permanente) como um dos indicadores do processo capitalista de produção, pode-se concluir que sua presença na agricultura brasileira ainda é minoritária, em face as relações de produção como a parceria e o arrendamento, além da pequena propriedade baseada no trabalho familiar.

Os trabalhadores rurais assalariados permanentes representam uma parcela minoritária (cerca de 10%) da mão-de-obra ocupada na agricultura brasileira (dados do INCRA de 1976), (6) enquanto que, os assalariados temporá

(5) A existência de grandes extensões de terras submetidas à especulação imobiliária, refletem o caráter parasitário assumido pelo desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira.

(6) Vale ressaltar que, estamos nos referindo a força de trabalho ocupada na agricultura e não da mão-de-obra total disponível no setor agrícola.

rios, representam pelo menos a metade da mão-de-obra ocupada nos momentos de maior atividade agrícola.

A noção de temporário, por sua vez, inclui dois tipos de trabalhadores. O trabalhador assalariado "puro", cuja sobrevivência depende unicamente da venda de sua força de trabalho e, em geral, reside nas periferias das pequenas e médias cidades do interior. São os "bóias-frias" do Centro-Sul e os "moradores da rua" do Nordeste. O segundo tipo, é constituído por pequenos proprietários, posseiros, parceiros e arrendatários que, impossibilitados de garantirem sua subsistência unicamente com base nos precários meios de produção de que dispõem, assalariam-se temporariamente em determinadas épocas do ano (colheita, por exemplo).

O trabalho assalariado temporário assume particular importância nas grandes propriedades de elevado valor de produção, (7) ao contrário do que acontece na pequena propriedade, onde, a família é a unidade básica de produção, e o assalariamento temporário é apenas eventualmente utilizado.

Formas como a parceria e o arrendamento, (8) onde a família também é a unidade básica de produção, mos mostram-se importantes, em especial nos grandes imóveis.

-
- (7) As grandes propriedades estão mais voltadas às atividades extrativas, à pecuária e à cultura da cana; enquanto que, a pequena propriedade familiar está vinculada a produção de alimentos básicos e também das matérias-primas de transformação industrial.
- (8) Essas formas de exploração correspondem a áreas em que o processo de produção está apenas formalmente subordinado ao capital e, portanto, não se encontra diretamente transformado por ele.

A complexidade das relações de produção na agricultura brasileira, resulta do caráter específico do desenvolvimento capitalista no país e das diferentes formas sob as quais se organiza o trabalho no campo sob o comando do capital.

A pequena produção, dentro desse contexto, revela-se importante no sentido de gerar uma parcela considerável da produção agrícola no nosso país, cujo lucro, obtido mediante a exploração da força de trabalho desses pequenos produtores, se reverte em benefício do grande capital.

Os proprietários minifundistas, caracterizam-se, como vimos anteriormente, por não conseguirem se reproduzir satisfatoriamente na pequena área que exploram junto com sua família, tendo que lançar mão do assalariamento temporário em certas épocas do ano em outras propriedades. Dedicam-se não apenas a produção de alimentos básicos, mas a de matérias-primas industriais de origem agrícola. Não empregando necessariamente para essa finalidade, uma "tecnologia atrasada", como dizem certos técnicos governamentais, que vinculam esse fato com a situação de miséria dos pequenos produtores rurais, quando na realidade, ela é fruto da pressão dos grandes proprietários e da presença de grandes capitais controlando a venda de insumos e a compra de seus produtos.

A pequena produção, na medida que vai se inserindo na economia de mercado, vê-se obrigada a exigir maiores esforços dos que nela trabalham a fim de fazer fren

te à grande propriedade. Aumentando assim, a jornada de trabalho e a incorporação de mulheres e crianças nas atividades agrícolas. Esse fato não resulta numa melhoria do padrão de vida do pequeno produtor, mas ao contrário, reflete uma piora desse nível.

Os pequenos posseiros, são em geral, pequenos produtores que buscam um pedaço de terra para subsistir. Organizam o trabalho de modo semelhante ao dos proprietários minifundistas e caracterizam-se pelo fato de usufruírem a terra sem que detenham a propriedade jurídica da mesma, dando margem a ações de grilagem.

O grupo dos pequenos rendeiros, é constituído basicamente pelos pequenos arrendatários e parceiros, agregados e moradores, etc.. Enfim, todos que pagam, ao proprietário da terra, renda em trabalho, em produtos, ou mesmo em dinheiro, havendo no entanto, sempre alguma forma de coerção extra-econômica. Esse grupo, representa uma "reserva interna de mão-de-obra" e uma maneira de complementar a exploração das terras nas grandes propriedades. O flagrante desrespeito às normas legais estabelecidas no Estatuto da Terra evidencia o grau de exploração a que estão submetidos esses trabalhadores.

Por outro lado, a existência de um grande número de pequenos produtores que necessitam assalariar-se temporariamente, leva ao rebaixamento dos salários rurais. Isso porque, vendem a sua força de trabalho por menores preços, no sentido apenas de complementar a sua subsistência. Esse fato, permite que condições técnicas menos produtivas continuem sendo vantajosas economicamente.

Vale considerar que as possibilidades de organização e reivindicações dos trabalhadores rurais brasileiros foram praticamente anulados pelo contexto político do país no momento em que sua organização começava a lhes propiciar algumas vitórias, como é o caso do Estatuto do Trabalhador Rural, promulgado em 1963. E que a transformação capitalista da agricultura brasileira é patrocinada pelo Estado que, tem usado mecanismos que favorecem a concentração da terra e da riqueza a ela associada nas mãos de uma minoria dominante no campo.

Todo esse quadro descrito anteriormente, irá se agravar nos anos setenta, com o processo de modernização empreendida pelo Estado no setor agrícola do país, a medida que as transformações necessárias no campo não são feitas e a mobilização dos trabalhadores rurais volta a crescer.

2 - O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Após a segunda Grande Guerra, torna-se impossível negar a existência de "dois mundos". Um desenvolvido e outro não. Como a estereotipização do subdesenvolvimento mostrava uma economia onde o setor industrial era incipiente e o setor agrícola "atrasado", ganharam destaque os modelos dualistas que procuravam mostrar um antagonismo entre ambos. (9)

(9) SILVA, José Graziano da. A modernização Dolorosa. Cap. I, pág.19 a 21.

A superação desse pretenso antagonismo derivava da imitação do caminho percorrido pelos países desenvolvidos, como se o subdesenvolvimento fosse um estágio anterior desse processo. O setor agrícola, apontado como responsável pelo atraso desses países, deveria ceder sua posição de destaque na economia à industrialização, apresentada como fórmula milagrosa capaz de, por si só, gerar o desenvolvimento. Bom.

A agricultura, segundo esse modelo passa a ocupar um papel eminentemente "passivo" no processo de desenvolvimento econômico que consiste em fornecer alimentos, matérias-primas e mão-de-obra para o "setor capitalista". Pode-se também ampliar esse quadro, colocando a questão da transferência de capital, principalmente nos primórdios da industrialização e da criação de um mercado interno para os produtos industriais.

Daí, se deriva uma fórmula explicativa comumente usada que, só com a modernização, a agricultura poderia desempenhar eficazmente o seu papel.

Do ponto de vista da acumulação capitalista, essa proposta contradiz com a realidade, pois, a articulação do "moderno" com o "atrasado" persiste na dinâmica da reprodução do capital monopolista na agricultura brasileira. B

As primeiras tentativas para implantar uma política de modernização tecnológica em larga escala, desacompanhada de quaisquer outras mudanças no nosso país, datam do ano de 1951, e resultaram de uma decisão da Comissão

Mista Brasil-Estados Unidos (a única missão técnica estrangeira a estudar o problema agrário brasileiro). Os técnicos dessa comissão concluíram haver na época, uma "aguda falta de braço para a lavoura" (quando o nosso contingente de mão-de-obra era um dos maiores do mundo), surgindo a partir daí, dois projetos de financiamentos, com vistas a facilitar a importação dos Estados Unidos, de equipamentos agrícolas poupadores de trabalho. (10)

No final dos anos cinquenta e início dos sessenta, vários diagnósticos mostravam que a nossa estrutura agrária extremamente concentradora limitava o processo de industrialização do país.

Porém, o chamado "milagre brasileiro" se encarregou de destruir o mito do latifúndio improdutivo. Isso porque, apesar da estrutura agrária continuar concentrada, houve uma transformação interna - ao nível das relações de produção (após 64, com a modernização do latifúndio) - que permitiu ao setor agrícola responder às necessidades da industrialização, através de um aumento da oferta de matérias-primas e alimentos para o mercado interno e da configuração de um mercado consumidor para os produtos industriais.

No período 1967-75; a produção agrícola aumentou e foi suficiente para garantir um crescimento sensí

(10) Geralmente, países subdesenvolvidos como o Brasil e a maioria dos países latino americanos, são pressionados a adotar algum tipo de mecanização, desde que isso signifique uma oportunidade lucrativa para as empresas multinacionais produtoras ou comercilizadoras de insumos.

vel das exportações, contribuindo portanto significativamente para o equilíbrio da balança de pagamentos, bem como, criou mercado para alguns produtos industriais agrícolas básicos (fertilizantes e defensivos) e tratores.

Mas, "a renda manteve-se em níveis baixos para a grande maioria de agricultores; os salários conservaram-se em níveis não-condizentes com os de uma sociedade civilizada e a oportunidade de emprego durante todo ano continuou a existir apenas para um número limitado de trabalhadores". (11)

A modernização da agricultura passa então a ser apresentada como solução para o problema. Pois, só com o aumento da produtividade é que se poderia pagar maiores salários e aumentar-se-ia a oferta de empregos. Dessa forma, surgem as formulações políticas e seus instrumentos Aqui para acelerar esse processo. Uma maior ênfase é dada ao crédito rural, cujos aumentos da oferta serão logo absorvi dos pelos grandes proprietários de terras, por poder usá-las como garantia, além de possuir outras facilidades junto à rede bancária.

A partir da década de 1970, sob o estímulo de amplo programa de incentivos governamentais, diversas fábricas de equipamentos agrícolas, em sua maioria subsídiárias de empresas multinacionais, foram implantadas no país.

(11) PAIVA, R. Miller. "O comportamento do setor agrícola no desenvolvimento econômico brasileiro: 'Uma apreciação crítica'." Campinas, Curso de Formação de Instrutores em Administração Rural/CATI, Mimeog., 1976.

O surto de mecanização atingiu seu nível máximo em 1975, com a produção de tratores e de outros equipamentos agrícolas mais complexos, que passaram também a ser produzidas em ritmo ascendente por empresas aqui estabelecidas.

No entanto, dois anos depois, o processo de industrialização tende a diminuir, por conta da moderação na oferta de subsídios e do crédito, determinada pela Conjuntura externa de preços. Uma certa tendência para o superequipamento e superendividamento, decorrente das facilidades aos compradores, bem como os insucessos nas safras de produtos cultivados com alto nível tecnológico, levaram a um certo descrédito por parte dos administradores, em relação à política de modernização tecnológica que estava sendo aplicada no país.

"A agricultura industrializada, com seus custos operacionais crescentes e a incontida valorização da terra de propriedade privada, exige do Estado, principalmente nos países subdesenvolvidos, uma série inumerável de medidas protecionistas através de diversos mecanismos como o crédito rural, da garantia de preços e extensa variedade de subsídios diretos e indiretos, encaminhados à produção, à comercialização interna e à exportação dos produtos agrícolas". (12) Neste quadro se insere o Brasil.

A institucionalização do crédito rural no Brasil, data de meados da década de 1960. Apesar de todas

(12) GUTMARÃES, Alberto Passos. A Crise Agrária (1978). pág. 307.

as boas intenções iniciais (previa entre outras coisas, o financiamento de projetos de colonização e reforma agrária) e a amplitude adquirida pelos recursos creditícios posto à disposição das atividades agropecuárias, sua aplicação continuou a ser extremamente concentrada.

Segundo Alberto Passos Guimarães, (13) apenas 25% dos estabelecimentos rurais existentes no país são beneficiados com os empréstimos rurais, sendo que, cerca de quatro milhões de unidades produtivas — certamente as que dispõe de menores recursos — são alijadas desse sistema.

O crédito rural a juros subsidiados aumentuou consideravelmente de volume, no período 1969/1975, sem que no entanto, fossem beneficiados os setores produtivos que dele mais necessitavam. Isso porque, o mesmo é capturado pelas classes dominantes do campo aumentando ainda mais a concentração da propriedade e da renda.

A maior parcela do crédito subsidiado dirige-se para os produtos de exportação, em detrimento dos produtos de abastecimento interno, e concentra-se nas mãos dos maiores empresários rurais (mais particularmente os do Centro-Sul do país), em detrimento dos pequenos produtores. Além disso, as facilidades de crédito deram as empresas fabricantes de insumos agrícolas, a oportunidade de superequipar o latifúndio, fazendo crescer exageradamente o seu endividamento quanto a capacidade ociosa do material adqui

(13) Op. cit. pág. 308.

rido. Por outro lado, certo número de agricultores utilizam tais empréstimos, em outros setores diversos daquele para o qual fora destinado, cujo lucro seja rápido e expressivo.

Na década de 70, o governo coloca a disposição da agricultura, ou mais precisamente, da grande produção agrícola, um grande número de recursos financeiros, destinados a proteção e ao desenvolvimento da mesma, visando elevar a produtividade, de forma a tornar mais rentáveis as atividades agropecuárias, e dar aos produtos nacionais melhores condições de competir no mercado internacional de alimentos e matérias-primas agrícolas. (14)

As exportações em geral e particularmente as de produtos agropecuários crescem consideravelmente neste período. Houve porém, um crescimento muito maior das importações e da dívida externa.

As graves distorções do modelo exportador adotado pelo governo, sobrecarregaram a sociedade brasileira em seu conjunto com fortes custos sociais. A inflação, que vinha declinando, sofreu uma alta brusca, chegando perto dos 50% em 1978.

A fim de atender as exigências do novo modelo exportador, o governo militar, após 1964, passou definitivamente a pautar sua política de desenvolvimento rural de acordo com os interesses das forças sociais mais conservadoras do meio rural brasileiro.

(14) JORNAL DO BRASIL, 1976.

O novo modelo exportador, conduziu o Estado a distorções e concessões graves na aplicação da política de ocupação das terras virgens da Amazônia Legal. (15)

As exigências de segurança interna e esterna do território nacional e a necessidade de empregar ã mão-de-obra desocupada ou subempregada no país, não foram levadas em conta no planejamento e na prática da política de ocupação das novas terras disponíveis, ao contrário, num curto espaço de tempo vários milhões de hectares de terras foram alienadas a estrangeiros.

Na década de 70, as restrições a compra e a venda de imóvel rural por estrangeiros no Brasil foram praticamente eliminadas. A partir de então, milhares de hectares de terras públicas da Amazônia foram desnacionalizadas e entregues, acompanhadas de generosos incentivos, a várias multinacionais para grandes empreendimentos agropecuários ou com a finalidade de explorar os recursos florestais e minerais da citada área.

Entre 1966 e 1970, época da aprovação dos maiores projetos agropecuários, os incentivos alcançaram níveis inimagináveis, tornando os governos dessa época responsáveis pela geração dos maiores latifúndios existentes no país.

Os incentivos fiscais, a política de exportação e a abertura de estradas em regiões novas tornaram-se

(15) A Amazônia legal compreende os Estados do Acre, Amazonas, Pará, e os Territórios de Rondônia e Amapá, assim como partes dos Estados de Maranhão, Mato Grosso e Goiás, que correspondem a 57% do território brasileiro. *Correção*

mecanismos oficiais promotores da especulação e da grilagem na Amazônia, assim como em outros pontos do país. Diversos são os mecanismos de grilagem, postos em prática pelos grileiros, na sua maior parte constituídos por empresas nacionais ou estrangeiras, na expulsão dos posseiros (muitos dos quais a mais de trinta anos habitando a região), tendo em vista, ampliar sua área de domínio.

Nesse processo de "grilagem", todos os tipos de fraudes são aplicados, desde escrituras falsificadas, até títulos definitivos de compra de terras devolutas, também falsos. A intimidação, espancamentos, incêndio de casas e roçados, matança de criações, etc..

Outra via de acesso às terras públicas da região amazônica, dentro da "estratégia de ocupação produtiva" do governo, é a colonização.

A colonização oficial na Amazônia ou de outras áreas do país, faz-se de forma a restringir a liberdade dos pequenos cultivadores, sujeitando-os a uma série de exigências burocráticas, das quais, o grande comprador ou arrendatário de terras, sendo ele brasileiro ou estrangeiro, estão insentos.

A colonização da região amazônica é dificultada pela ação fraudulenta dos grileiros, pela presença de jagunços pagos por aqueles primeiros, pela violência contra posseiros, pelo clima de ilegalidade de impunidade que prevalece e se agrava em toda a região, bem como, pelo fato do colono, na maior parte das vezes, não dispor de capital, suficiente para instalar-se e movimentar sua plantação, ficando desta forma ao dispor de circunstâncias adversas.

A estratégia agrária concentracionista e desnacionalizadora, praticada em nosso país nas últimas décadas, é responsável pela formação de uma mão-de-obra excedente, subempregada ou subocupada, que sobrevive em condições desumanas nas cidades e nos campos (o fenômeno do bôia-fria).

O atraso agrícola e a miséria rural, representam o quadro dominante de nossa agricultura, em contraste com a concentração da riqueza e do poder territorial em mãos de pequena minoria, na qual agora estão ingressando grandes empresas multinacionais.

A estratégia de modernização da agricultura brasileira é o da modernização conservadora, onde, a antiga estrutura agrária e relações arcaicas de trabalho são preservadas, e que está expulsando do setores "modernizados" da economia, para os setores "atrasados", (16) contingentes cada vez mais numerosos da população agrícola ativa. O desemprego e o subemprego da força humana ocupada na agricultura, resultantes da concentração agrária produtiva ou não-produtiva, do processo de substituição de mão-de-obra por insumos modernos ou por práticas atrasadas como a pecuária extensiva, sem que haja nenhuma providência eficaz no sentido de absorver essa mão-de-obra excedente, constitui um dos mais graves problemas da sociedade brasileira,

(16) GUIMARÃES, Alberto Passos. (Op. cit.), considera como setores "atrasados" da economia, aqueles que se dedicam a agricultura de abastecimento interno, que ao contrário da grande agropecuária e da agricultura de exportação, que recebem a maior parte dos incentivos governamentais e apresentam um elevado nível de crescimento, apresentam um baixo nível de crescimento, ocupando muito maior quantidade de trabalhadores.

que s \tilde{o} ser \tilde{a} resolvido se houver uma profunda modifica \tilde{c} o da estrutura agr \tilde{a} ria, tendo por principal objetivo a redistribui \tilde{c} o da terra e dos meios de produ \tilde{c} o entre pequenos e m \tilde{e} dios agricultores.

A Moderniza \tilde{c} o da agricultura brasileira pode ser caracterizada de parcial, atingindo apenas algumas fases do ciclo produtivo nas \tilde{a} reas espec \tilde{i} ficas em que se faz presente. Acentuando assim as disparidades entre as regi \tilde{o} es, bem como dentro das pr \tilde{o} prias regi \tilde{o} es, al \tilde{e} m de reduzir os n \tilde{i} veis de emprego e ser respons \tilde{a} vel pela expans \tilde{a} o do trabalho tempor \tilde{a} rio no setor agr \tilde{i} cola. Uma vez que, os chamados insumos modernos, na medida em que aumentam a produtividade da terra, aumentam as exig \tilde{e} ncias de m \tilde{a} o-de-obra n \tilde{a} o-qualificada por ocasi \tilde{a} o das colheitas e diminui o periodo de ocupa \tilde{c} o da mesma numa dada propriedade agr \tilde{i} cola. Assim sendo, a solu \tilde{c} o mais vi \tilde{a} vel economicamente para o propriet \tilde{a} rio que se moderniza passa a ser a substitu \tilde{i} o do trabalhador permanente pelo volante.

Essa moderniza \tilde{c} o, ainda que parcial, s \tilde{o} tem sido poss \tilde{i} vel gra \tilde{c} as ao apoio fundamental do Estado, subsidiaria a aquisi \tilde{c} o de insumos, m \tilde{a} quinas e equipamentos poupadores de m \tilde{a} o-de-obra para os setores ditos modernos.

Dentro dessa mesma pol \tilde{i} tica de moderniza \tilde{c} o, que vem refor \tilde{c} ar o modelo agro-exportador brasileiro, atraves de subs \tilde{i} dios estatais, \tilde{e} implantado em 1978, o Programa Nacional do \tilde{A} lcool (PR \tilde{O} - \tilde{A} LCOOL), que vai incentivar a produ \tilde{c} o extensiva da cana-de-a \tilde{c} ucar e acentuar a concentrao fundi \tilde{a} ria nas \tilde{a} reas de expans \tilde{a} o dessa cultura, dan

do ensejo a vários conflitos de terra no Nordeste e, mais particularmente no Agreste Paraibano.

3 - A QUESTÃO AGRÁRIA NOS ANOS SETENTA

No início dos anos sessenta, a discussão sobre a questão agrária girava em torno dos rumos que deveria seguir a industrialização brasileira. Argumentava-se que a nossa estrutura agrária, baseada no latifúndio improdutivo, seria um empecilho ao desenvolvimento econômico, entendido como a industrialização do país.

De 1967 a 1973, o país entrou numa fase de crescimento econômico conhecido como o "milagre brasileiro", fazendo com que a questão agrária, fosse relegada a um plano secundário.

Com o fim do "milagre", ficou claro que o mesmo havia beneficiado apenas a uma minoria privilegiada em detrimento dos trabalhadores em geral, e, em particular, dos rurais.

A modernização empreendida pelo Estado no setor agrícola, pela sua feição conservadora, não podia deixar de ser desfavorável às massas rurais.

A expansão capitalista no campo brasileiro destruiu milhares de pequenas unidades de produção, onde o colono, morador, parceiro, pequeno arrendatário ou proprietário, foram transformados em assalariados, como o volante ou o "bóia-fria"; agravou os conflitos entre grileiros e

posseiros nas áreas pioneiras da fronteira agrícola; concentrou ainda mais a propriedade da terra e aumentou o fluxo migratório para as grandes cidades, fazendo crescer o índice de miséria e violência nas mesmas.

Em 1978, com o início de uma relativa abertura política no país, a questão agrária volta a ser discutida.

A questão agrária, vem sendo agravada pelo modo como têm se expandido as relações capitalistas no campo. O capital não conseguiu ainda realizar a expropriação total do trabalhador rural, como também, não resolveu o problema do acesso à terra para milhares de pessoas que dela dependem para sua sobrevivência.

Na década de setenta, houve um aumento da concentração fundiária no país, acompanhado de uma rápida expansão da fronteira agrícola.

O processo de desenvolvimento da agricultura brasileira envolve a incorporação de novas áreas à produção; ou seja, a existência de uma fronteira agrícola em expansão.

A expansão da fronteira vinha desempenhando simultaneamente o papel de "armazém" de gêneros alimenticios básicos, funcionando como estabilizador dos preços, quando a produção capitalista recuava por algum problema; era o "locus" para onde se dirigiam as famílias camponesas expropriadas e os excedentes populacionais, e "válvula de escape" de tensões sociais no campo. Os projetos de colonização sempre foram pensados politicamente como alternati

vas a uma reforma agrária que mudasse a estrutura da propriedade da terra no país.

Os subsídios e incentivos que o governo colocou a disposição da grande empresa agropecuária exportadora na década de 70, foram responsáveis por uma valorização acelerada das terras no país, culminando com o "fechamento" da fronteira agrícola.

As terras da Amazônia foram apropriadas fundamentalmente como "reserva de valor", onde a importância da terra como meio da produção passa a um plano inferior, em face a outras formas de riqueza a ela associadas, como os minérios, as madeiras de lei, o acesso ao crédito farto e a juros baixos, aos benefícios fiscais, ou, simplesmente, como especulação imobiliária, aumentando assim, o número de conflitos originados pela violência das grandes empresas (agrocomerciais e agroexportadoras) contra índios e posseiros.

Na Amazônia de hoje, 50% das terras constituídas em imóveis rurais pertencem a 1% dos proprietários ali cadastrados, distorção mais grave do que a observada em dimensão nacional. Em geral, são terras improdutivas, barreiras aos pequenos lavradores atraídos de outras regiões, que impossibilitados de ter acesso às áreas mais valorizadas do país, reduzem-se à eterna condição de posseiros em migração permanente, deslocam-se para as cidades e garimpos, ou resistem a expulsão dando origem a vários conflitos. (17)

(17) PINHO, Lúcio Flávio. Amazônia: Grilagem e violência. in: revista mensal do CEDI. Tempo e presença. 211. p. 12/13. Agosto de 1986.

Ao lado dessa realidade há um aumento do fluxo migratório para essas áreas, onde existe um grande número de famílias sem terras, precariamente ou ilegalmente instaladas.

Por outro lado, observa-se um aumento gradativo e incontrolável da violência em áreas de conflito na Amazônia legal, vitimando principalmente trabalhadores rurais, indígenas, clérigos e membros de entidades de apoio à reforma agrária.

Dando continuidade ao modelo de modernização da agricultura brasileira, posto em prática após 1964, com a derrota das forças populares que reivindicavam a aplicação de medidas relacionadas à reforma de nossas estruturas agrárias e relações de trabalho no campo, foi implantado no final da década de setenta, o Programa Nacional do Alcool - PRÓ-ÁLCOOL, motivado pela crise internacional que se delineia a partir de 1974, fazendo decair o preço do açúcar no mercado externo, ao mesmo tempo em que eleva o preço do petróleo, causando graves problemas em nossa balança de pagamentos. Estas circunstâncias, aliada a forte pressão dos latifundiários de cana, levaram a criação do PRÓ-ÁLCOOL, que irá estimular a produção canavieira no país.

Assim, na medida que a monocultura canavieira tradicional passa a ser incentivada pelo Estado através de estímulos e facilidades concedidas a uma pequena parcela de grandes proprietários transformados em empresários, estes contam com o apoio financeiro de capitais estrangeiros.

ros e nacionais associados na montagem de projetos de infraestrutura para fabricação de álcool. Isto irá provocar uma maior concentração fundiária nas áreas de expansão da aquela cultura tanto no Sul quanto no Nordeste. "Estas áreas incluem não apenas as franjas dos próprios latifúndios canavieiros, mas também terras de propriedade do Estado e de pequenos proprietários que são incentivados ou "obrigados" a vender suas terras, dada a grande elevação do preço destas em tais regiões". (18)

Esse processo é responsável pela formação de um imenso contingente de pequenos produtores, parceiros e arrendatários, expoliados de seus meios de produção e transformados em assalariados temporários ou migrantes.

A cana-de-açúcar (principal matéria-prima utilizada na fabricação do álcool), vem sendo produzida em grandes propriedades monocultoras com elevados índices de tecnificação, empregando grandes quantidades de mão-de-obra assalariada temporária.

Os assalariados temporários são utilizados principalmente na colheita, o que agrava a situação de subemprego na lavoura canvieira, onde os salários agrícolas permanecem baixíssimos.

As facilidades de crédito aos usineiros e grandes proprietários, contribui para a valorização e especulação da terra, tornando o seu acesso mais difícil aos

(18) JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque - PRÓ-ÁLCOOL: Concentração Fundiária e Conflitos Sociais no Agreste Paraibano. In: História: Ensino e Pesquisa. Porto Alegre, Sulina Editora; Ano 1; nº (1): p. 86 a 89. março/1981.

pequenos e não proprietários, que são empurrados para terras mais distantes e de qualidade inferior, o que irá se refletir num aumento do custo de vida do trabalhador urbano em consequência do aumento dos preços de alimentos, encarecidos ainda com os custos de transporte.

Por outro lado, a medida que, o trabalhador rural se desloca para as cidades, aumenta a oferta de mão-de-obra, aumentando a disputa por empregos nas mesmas, reduzindo conseqüentemente os salários industriais.

O PRÓ-ÁLCOOL, está contribuindo para o aumento da concentração da terra, da renda e aumentando as disparidades regionais no país.

Uma região onde o PRÓ-ÁLCOOL, teve os seus reflexos negativos mais acentuados, foi o Nordeste. A capitalização da agricultura nordestina através de programas governamentais e as transformações a ela associadas, faz com que a luta pela terra adquira um novo aspecto, notadamente após um período de repressão a que foi submetido o movimento camponês brasileiro.

Na Paraíba, a expansão da monocultura canavieira, têm provocado um aumento do número de conflitos de terra, onde pequenos arrendatários e posseiros vêm resistindo à expulsão e lutando firmemente pela permanência na terra que ocupam. O PRÓ-ÁLCOOL se constitui portanto, num dos principais condicionantes da questão agrária na Paraíba.

II - A QUESTÃO AGRÁRIA NA PARAÍBA

1 - CONDICIONANTES DA QUESTÃO AGRÁRIA NA PARAÍBA

A estratégia de modernização da agricultura brasileira, caracterizada como "conservadora", é responsável por um tipo de desenvolvimento apoiado na grande propriedade fundiária e na dependência dos mercados externos. Estes últimos estimulam os latifundiários paraibanos a ampliarem a lavoura canavieira (principalmente após a implantação do PRÓ-ÁLCOOL) e a pecuária extensiva em virtude do aumento do preço da carne nos últimos anos.

"Na Paraíba, o aumento progressivo das pastagens e o crescimento do cultivo da cana, na Zona da Mata e no Agreste, impuseram a redução e, posteriormente, a completa extinção dos estoques de terras ocupadas pelas culturas de subsistência do campesinato". (19)

O sistema de usinas redefiniu o espaço produtivo nas áreas de expansão da cultura da cana, provocando a expulsão e a expropriação de pequenos produtores (morador, foreiro, rendeiros, etc.) com profundas mudanças sociais para a região.

Com o desenvolvimento capitalista das forças produtivas no campo paraibano, formas tradicionais de exploração como a morada, a renda e o foro, foram praticamente eliminadas, transformando o camponês num trabalhador para o capital, cuja força de trabalho equivale a qualquer mercadoria e pode ser adquirida em troca de um mísero salário.

(19) RENEVIDES, César - Camponeses em Marcha. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p. 131.

força de trabalho na agricultura do estado à medida em que empregou cada vez menos trabalhadores permanentes e cada vez mais trabalhadores temporários e, ainda, acelerou o processo de expulsão da terra de moradores, arrendatários, foreiros e posseiros para dar lugar a novos canaviais. A esse processo, o latifúndio associa sempre o uso da violência contra aqueles que resistem a abandonar suas terras, notadamente contra posseiros, dando margem a uma série de conflitos de terra, onde se confrontam os camponeses, os latifundiários, o Estado, a Igreja e os sindicatos rurais.

A estrutura agrária paraibana extremamente concentrada, tem acarretado diferentes formas de expulsão de pequenos produtores das áreas que cultivam, seja com o objetivo de especular com a terra livre de encargos sociais, seja com o objetivo de estender o plantio de cana, criação de gado ou de outras culturas comerciais. Daí decorrem os conflitos sociais no campo e as migrações para as periferias de cidades pequenas ou de porte médio, provocando o inchaço das mesmas.

Além da concentração fundiária, fica clara também a ociosidade das terras do estado que não cumprem sua função social. A estrutura agrária paraibana não favorece níveis satisfatórios de produtividade, nem o bem-estar dos trabalhadores à medida em que a maioria das terras que estão privatizadas não tem nenhuma finalidade produtiva. São monopolizadas como reserva de valor. Uma parcela importante das terras agricultáveis está destinada à pecuária extensiva sem nenhum valor social. E as terras cultidas, por sua vez, estão em grande parte entregues à monou

cultura canavieira, cuja expansão apadrinhada pelo repasse de recursos públicos, resultou num agravamento das condições de vida e de trabalho da população do litoral e brejo canavieiros.

Com a terra inculca e alta densidade demográfica, a Paraíba necessita de importar alimentos básicos de outros estados. Soma-se a esta realidade a dificuldade dos pequenos produtores de alimentos para produzirem e se manterem na terra, cujos produtos são sempre desvalorizados pela presença de atravessadores ou pelas "regras" das cooperativas que são controladas por grandes proprietários. Aqueles primeiros são vítimas da super-exploração no contrato de parceria que não respeita sequer o Estatuto da Terra e ainda da política econômica do governo, que está voltada para os interesses dos grandes proprietários de terra.

Na Paraíba, particularmente após 1975, ao estímulo governamental para a expansão da pecuária junta-se após a criação do PRÓ-ÁLCOOL, o interesse em expandir o plantio de cana-de-açúcar. Acelera-se neste sentido, o processo de expulsão de pequenos produtores que, enquanto posseiros, arrendatários, moradores e foreiros, (22) tinham acesso à terra para cultivo, através do trabalho familiar.

Inúmeros conflitos decorrem daí, o clima de violência no campo paraibano intensifica-se a níveis insuportáveis. São inúmeros os casos de espancamentos; des

(22) Os termos morador e foreiro constituíam relações de trabalho predominantes no campo paraibano desde a abolição da escravatura.

truição de roças e escolas, ameaças, seja por escrito, ou verbais; castigos, etc.. Sem falar na maior de todas as violências que é a super-exploração dos trabalhadores pelo latifúndio: seja pagando salários muito abaixo do mínimo, em troca de jornadas de trabalho que vão além das dez horas por dia, sem férias, sem carteira assinada nem 13º salário; seja exigindo rendas e foros, além da capacidade do pequeno produtor (esse é um dos mecanismos que o grande proprietário utiliza para forçar os pequenos rendeiros e foreiros a abandonarem suas terras, quando sua presença nas mesmas, não é mais interessante para o proprietário), ou obrigando-os a comprar e vender exclusivamente a seus "barrações", etc.

Podemos afirmar que conflitos de terra desta natureza, envolvendo a expulsão e a expropriação de produtores diretos, em consequência da ampliação das áreas destinadas à pecuária extensiva e, principalmente a lavoura canavieira, se localizam em sua maior proporção no agreste paraibano face à presença predominante do camponês. Ali se encontra a figura do meeiro, do parceiro, o foreiro que estão lutando pela permanência na terra que ocupam e na qual produzem. No litoral e brejos(23) canavieiros, por sua vez, predomina a mão-de-obra assalariada temporária. Porém, enquanto no litoral, tem-se na figura do "bóia-fria", um trabalhador assalariado "puro", que é obrigado a vender sua força de trabalho como única forma de garantir a sua subsistência e cujas reivindicações giram em torno de me

(23) Os brejos (áreas úmidas e geralmente férteis) na Paraíba se encontram em maior proporção no agreste.

lhores salários e segurança no trabalho. No brejo, onde era marcante a presença de pequenos produtores, ou seja, de pessoas com formas precárias de acesso à terra, que se assalariavam temporariamente visando a complementar a renda familiar; a pequena produção de alimentos tem diminuído bastante nos últimos anos, com o desenvolvimento capitalista da área.

Em pesquisa realizada recentemente pelo SEDUP (Serviço de Educação Popular) da Diocese de Guarabira, (24) constatou-se que os casos de arrendatários diminuíram muito na região do brejo, ao passo que a relação de morada e os casos de posseiros, praticamente deixaram de existir, para dar lugar à cana e ao capim destinado à criação de gado. Por outro lado, aumentaram os casos de trabalhadores em terra cedida, onde o patrão prefere não mais arrendar a terra, pois este tipo de relação é reconhecido legalmente, cedendo a mesma ao trabalhador por um período de dois ou três anos no máximo, sem qualquer vínculo contratual, exigindo em troca a terra limpa e plantada com capim ou qualquer outra cultura comercial. Este tipo de relação de trabalho retira do pequeno produtor o direito de continuar praticando a agricultura de subsistência, tendo em vista que, após um determinado período, ele não terá mais terra para cultivar, não podendo, desta forma, plantar nada que dure mais de um ano ou fazer alguma benfeitoria na área.

(24) Os dados que apresentamos foram resultado de uma pesquisa realizada pelo SEDUP, sob a orientação da UFPE-Campus II, Mestrado em Sociologia Rural, a serviço dos STRS da região do Brejo. Foram entrevistadas 231 famílias de trabalhadores da cana, nos principais municípios caravieiros do Brejo, atingindo todas as categorias de trabalhadores: moradores, assalariados das pontas de rua e pequenos produtores.

Ao lado desta situação, existem imensas extenções de terras inteiramente improdutivas no Brejo, reduzindo ainda mais a capacidade de sobrevivência de grande parte da população local que depende da agricultura.

A cada ano que passa, crescem as expulsões no campo, ao mesmo tempo em que crescem as "pontas de rua" de todas as cidades da região do brejo, mesmo das menores e mais pobres, pois nem a migração para as grandes capitais do país, apresenta-se mais como solução para os trabalhadores rurais expulsos da terra, uma vez que muitos dos que foram para as cidades grandes, agora estão voltando, por as mesmas já não estarem mais absorvendo a mão-de-obra excedente do campo.

Mesmo já vivendo nas "pontas de ruas", esses pequenos lavradores procuram sempre um pedaço de terra para plantar e acabam aceitando qualquer condição para conseguí-lo. Mas, além de só conseguirem parcelas insuficientes para o cultivo, nem sequer podem contar com o produto do seu trabalho, pois nenhuma das determinações do Estatuto da Terra sobre o arrendamento e a parceria são respeitados pelos grandes proprietários.

Sem terra ou com pouca terra para sobreviver, explorados nos contratos de arrendamento e parceria, na venda de seus produtos, os pequenos produtores em toda região, são obrigados a vender sua força de trabalho às propriedades canavieiras do brejo em determinadas épocas do ano, que se aproveitam do excesso de mão-de-obra existente para explorá-los de todas as formas possíveis.

Por outro lado, quando estes trabalhadores tentam se organizar a fim de conseguir um melhor acesso à terra e condições mais justas de trabalho, são ameaçados e sofrem todo tipo de pressão por parte dos latifundiários.

Por tudo isso, a situação geral nesta área é de conflito e tensão social permanente (ver lista dos conflitos abaixo).

C O N F L I T O S N A R E G I Ã O *

1- CONFLITOS AGRÁRIOS COLETIVOS

ARARUNA: fazenda Calabouço de Baixo	23 fam.*
fazenda Calabouço de Cima	46 fam.
fazenda Baixio	49 fam.
TACIMA : propriedade Vazante	43 fam.
DONA INÊS: fazenda Sítio	80 fam.*
BANANEIRAS: fazenda Carvalho	188 fam.
fazenda Sapucais	110 fam.
Sítio Tabocas	6 fam.
Sítio Festiva	19 fam.
PIRPIRITUBA: Itamatai e Serra de Jurema	11 fam.
SOLÂNEA: Gruta de Santa Tereza	18 fam.
Sítio Sombrio	14 fam.
GUARABIRA: Areia Branca	118 fam.
ALAGOINHA: fazenda Cajã	53 fam.
ALAGOA GRANDE: Engenho Baixinha	28 fam.
	<hr/>
TOTAL	806 fam.

* Dados fornecidos pelo "Centro de Orientação dos Direitos Humanos" da Diocese de Guarabira, cujos advogados advogam para vários sindicatos da região.

Além desses conflitos, existem 23 ações possessórias individuais na Justiça que incluem despejo, consignação de pagamento, indenização de benfeitorias... nos municípios de Pirpirituba, Pilões, Borborema, Alagoinha, Areia, Alagoa Nova e Bananeiras.

Existe também um conflito agrário na propriedade do espólio de Eufrásio Câmara, que se estende pelos municípios de Alagoa Grande, Alagoa Nova, Massaranduba e Lagoa Seca, envolvendo 600 famílias.

2- CONFLITOS TRABALHISTAS ENVOLVENDO A EXPULSÃO DOS MORADORES

CAIÇARA: fazenda Serrinha	5 fam.
BELÉM: Sítio Santo Antonio	5 fam.
BORBOREMA: engenho Sapucaia	53 fam.
SEKRARIA: engenho Campo Verde (Usina Santa Maria)	29 fam.
PILÕES: engenho Poções (Usina Santa Maria)	11 fam.
AREIA: engenho Gameleira e Várzea do Quati (Usina Santa Maria)	54 fam.
ALAGOA GRANDE: engenho do Meio	50 fam.
Sítio Avenca	16 fam.
Eng. Lagoa Verde	4 fam.
ALAGOA NOVA: Eng. Serra Preta	50 fam.
	<hr/>
TOTAL	277 fam.

Além desses conflitos existem 52 ações trabalhistas individuais nos municípios de Areia, Alagoa Nova, Belém, Pirpirituba, Pilões, Borborema, Bananeiras e Alagoinha.

TOTAL DE FAMÍLIAS ENVOLVIDAS EM CONFLITOS OU COM AÇÕES NA JUSTIÇA:
1.158 FAMÍLIAS.

Em todos esses casos de conflitos de terra na região, os trabalhadores rurais estão lutando pelo di reito à terra, reivindicando e esperando a desapropriação imediate (da terra) prometida.

Tanto os camponeses como os assalariados rurais são vítimas da violência do latifúndio, que, nas últi mas décadas, se tem agravado por conta da modernização con servadora do setor agrícola, empreendida por um Estado fe chado politicamente.

A violência no campo paraibano é produto da concentração da terra, da riqueza a ela associada e do po der nas mãos de uns poucos. Ela cresce e se reproduz em virtude da impunidade de que gozam os grandes proprietários rurais no nosso estado.

Na luta pela terra(25) ou pelos direitos tra balhistas, em se tratando de trabalhadores assalariados, vã rios camponeses, trabalhadores rurais, líderes de sindica tos, membros da Igreja e de entidades de apoio à reforma agrária, foram violentados ou mesmo mortos, sem que nenhu ma providência fosse tomada no sentido de punir os "respon sáveis" por esses crimes, geralmente praticados por pisto leiros a mando dos patrões (grandes proprietários e usinei ros).

Uma das frações mais reacionárias da nossa elite agrária é a que constitui o chamado "Grupo da Vã rzea", composto por usineiros e grandes proprietários rurais

(25) A luta pela terra ultrapassa o valor venal dos estabelecimentos agrícolas, ela representa para o camponês um meio de acesso ao poder político econômico e social, do qual está excluído.

da região do Brejo. Este grupo detém o controle da agro-indústria açucareira do estado e com isso ocupa uma posição de destaque no bloco das classes dominantes. "O 'Grupo da Várzea' aproveitou-se da Ditadura Militar, da qual foi respaldo social e político, para modernizar-se e, com isso, concentrar mais terra e poder". (26) Este grupo, que combateu violentamente qualquer forma de organização e reivindicação dos trabalhadores rurais em suas terras na década de 60, ainda hoje controla politicamente nosso estado, decidindo eleições e influenciando politicamente eleições governamentais. Esse fato contribui para que os mesmos continuem a usar o assassinato como método político para liquidar os seus inimigos de classe. Esses latifundiários foram responsabilizados pelo assassinato de João Pedro Teixeira, presidente da Liga Camponesa de Sapê, em 1962, de Margarida Maria Alves, líder combativa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, em agosto de 1983 e de tantos outros que estão inseridos num contexto político-social de luta e reivindicação, que se opuseram aos interesses do latifúndio, lutando pelo direito à terra e pelo cumprimento da legislação existente (O Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador Rural) naquilo em que ela beneficia o homem do campo.

Na Paraíba, a terra e a riqueza se concentram nas mãos de uns poucos privilegiados, em detrimento da grande maioria da população que depende da agricultura para sobreviver.

(26) cf. VIOLÊNCIA RURAL E REFORMA AGRÁRIA, João Pessoa-Pb., Colina da Primavera Editora, 1986 (Relato de Maria da Penha, dirigente do SRT de Alagoa Grande), p. 40.

Esta situação se sustenta e se reproduz através da chamada "classe política", onde grupos empresariais do campo e grandes proprietários se revezam no poder, através de parentes ou afilhados políticos, que defendem seus interesses comuns de classe, desconsiderando as camadas mais desfavorecidas da população, principalmente a do campo, em termos de melhorias econômicas e participação política.

Porém, nos últimos anos, os trabalhadores rurais de várias áreas do estado, estão procurando se organizar e lutar pelos seus direitos, resistindo às agressões e à expulsão, contando nessa luta, com o apoio dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, da Igreja e de outras entidades civis.

2 - A IGREJA E O PROBLEMA AGRÁRIO

A participação da Igreja Nordeste no campo sócio-econômico iniciou-se na década de 50, quando, a política oficial de desenvolvimento industrial favorecia uma excessiva concentração das atividades econômicas na região Centro-Sul, aumentando assim as disparidades regionais e tornando o Nordeste cada vez mais pobre em relação as outras áreas do país à medida que, o processo migratório do nordestinos para outras regiões brasileiras, principalmente para o Sudeste, intensificava-se, em virtude dessa política protecionista do governo em relação às áreas mais desenvolvidas do País. Somava-se a isto, as precárias condições de vida e de trabalho na região Nordeste, que são

agravadas pelas sucessivas secas (1950/52 e 58) (27) e pelo monopólio da terra e dos recursos governamentais nas mãos de uma minoria de grandes proprietários, em detrimento de uma considerável parcela da população rural que, não encontra outra solução para prover a sua subsistência senão pôr-se a serviço do latifúndio ou imigrar. Esta situação fez com que a Igreja Nordestina começasse a se preocupar com os problemas rurais e com a necessidade de reformas na estrutura agrária da região, responsável, segundo aquela instituição, pelo atraso econômico e social do meio rural.

"A Igreja, incentivada pela Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), instalada em outubro de 1952 e tendo à frente, como Secretário Geral, D. Helder Câmara, começa a se conscientizar de que a Igreja, embora objetivando "a salvação das almas", não podia dissociar-se do homem em seu aspecto material". (28)

A Igreja, a partir daí, passa a adotar outra política de ação em contrapartida à atitude "apostólica" ou "pastoral", fazendo prevalecer seu "prestígio" junto ao governo federal da época, no sentido de pressionar para que fossem tomadas medidas reformistas, visando diminuir as injustias sociais e criar uma certa estabilidade sócio-econômica na região.

(27) Ao fenômeno das secas, atribuiu-se durante muito tempo, a maior causa dos problemas nordestinos, surgindo a partir daí, medidas governamentais de caráter provisório e assistencial, visando atenuar o desemprego e evitar a migração de enormes contingentes populacionais do campo para os grandes centros urbanos do país. Este fenômeno converteu-se numa verdadeira indústria, conhecida como a "Indústria da Seca", onde os recursos fiscais da União destinados para as "emergências" foram capturados pela classe do minante local, ligada ao latifúndio, reforçando assim, o poder dos grandes proprietários através de uma maior concentração da terra e da renda.

(28) MARTIN, Cipriano Calvarro - "Da ação da Igreja Nordestina no Campo sócio-econômico da década de 1950". Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1984 (Tese de Mestrado em História).

O êxodo rural nordestino para os grandes centros urbanos tornava-se uma preocupação da Igreja, no momento em que, criavam-se situações novas, que dificultavam a permanência a permanência dos fiéis, sob seu comando, dando margem à expansão de "seitas" protestantes que, fundamentando-se numa política de ação diversa, forneciam apoio nos momentos difíceis, como os de adaptação em terras novas.

Por outro lado, ao assumir uma posição em favor das reivindicações dos trabalhadores rurais propondo a Reforma Agrária, a Igreja, pretendia, entre outras coisas, impedir a penetração comunista no país, uma vez que, as condições de miséria em que vivia o povo nordestino, os tornava "vulneráveis" às propostas políticas dos comunistas.

"Os Comunistas prometem a abolição de todas as formas semi-feudais de exploração dos camponeses: meia, terça e todas as formas de prestação de serviços gratuitos; abolição do vale de barracão; obrigação do pagamento em dinheiro a todos os trabalhadores agrícolas. Prometem, ainda, a anulação de todas as dívidas dos camponeses para com os latifundiários, os usuários, os bancos, governo e as companhias imperialistas norte-americanas.

Só teremos força moral para impedir o efeito revolucionário de promessas deste gênero divulgadas por demagogos vermelhos, se tomarmos posição corajosa em face da Reforma Agrária, emprestando apoio moral às justas reivindicações dos trabalhadores rurais". (29)

(29) CNBB - Os Comunistas e a Reforma Agrária. Comunicado Mensal, Rio de Janeiro, 18. 7.8, mar. 1954.

Durante a década de 50, a Igreja e o Estado trabalhariam juntos, objetivando soluções paliativas para os problemas nordestinos. Neste período, a Igreja identificava-se mais com as classes dominantes, representadas pelos poderes públicos, através de uma colaboração aberta entre a mesma e estes últimos, do que com o povo, que não participa como "sujeito" das referidas medidas, mas é, antes de tudo "beneficiário" dessas.(30)

O interesse da Igreja pela questão agrária é despertado, no momento em que sua posição hegemônica no campo tende a diminuir, seja pela influência de outras religiões, seja pela ação política das Ligas Camponesas, responsáveis, em parte, pela conscientização dos camponeses, sobre as injustiças sociais das quais eram vítimas.

A preocupação da Igreja era portanto, com a agitação que estava chegando ao campo, com a possibilidade de perder os camponeses, como tinha perdido o operariado. Tratava-se pois, de "desproletarizar" o trabalhador rural, evitar o êxodo que os levava para as cidades grandes e os tornava vulneráveis à agitação e ao aliciamento dos comunistas.

"No entender dos bispos, só a fixação do homem à terra evitaria o êxodo, a proletarização. A transformação do trabalhador rural em pequeno proprietário constituía assim a única saída para salvá-lo do comunismo".(31) As propostas de reforma agrária que nasceram dessas formulações, visavam ampliar o número de pequenos proprietários

[30]

(31) MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil. (As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político). 2a. edição, Petrópolis, Editora Vozes, 1983. p. 88. O autor está se referindo a CNBB.

a fim de salvar a propriedade privada do avanço comunista.

O final da década de 50, assinala a criação de frentes democráticas no país, (32) tendo em vista promover o progresso técnico da nação e afastar o fantasma do subdesenvolvimento. A Igreja nordestina participou ativamente deste programa desenvolvimentista, cujos resultados apenas serviram para promover o crescimento econômico de grupos privilegiados das classes dominantes locais, tal como ela mesma reconhece hoje.

Neste período, os camponeses de várias regiões do país, começaram a se rebelar de diversas maneiras contra a exploração e opressão de que eram vítimas, organizando-se em Ligas Camponesas; resistindo de vários modos a expulsões e despejos e exigindo do Estado uma política de reforma agrária. Porém, o que marcou e definiu as lutas camponesas dessa época foi a disputa entre as Ligas Camponesas, o Partido Comunista Brasileiro - PCB e a Igreja pela hegemonia na organização dos camponeses e trabalhadores rurais. Mas, à medida que as Ligas Camponesas radicalizavam a luta pela reforma agrária, o PCB reforçava sua aliança com a burguesia nacional e procurava minar a ação das ligas, incentivando a criação e posterior reconhecimento pelo Estado de sindicatos rurais, disputando nesse plano com a Igreja, que também contrapunha à ação das Ligas Camponesas. Após 1964, as Ligas Camponesas foram desarti

(32) Quando a política de frente única do PCB, baseada na aliança entre a classe operária e a burguesia nacional cresceu em importância, os propósitos das lutas camponesas foram relegadas a um plano secundário em relação aos interesses dos trabalhadores assalariados, daí o estímulo a criação de sindicatos, e o afastamento das Ligas. O equívoco da política do Partido neste momento é em grande parte responsável pela desarticulação do movimento camponês.

culadas e o PCB foi proscrito, ao mesmo tempo em que cresceu a influência da Igreja no campo.

A partir da segunda metade da década de 60 e principalmente na década de 70, a relação da Igreja com o Estado tende a modificar-se, mediante a atuação de certas lideranças religiosas, que desenvolvem seu trabalho não mais em função dos interesses da classe dominante, mas ao lado do "povo humilhado e oprimido".

Na Paraíba, a chegada de D. José Maria Pires em 1966 e a posterior organização de Movimentos Pastorais no Nordeste, marcaram o início de um processo em que embora não conte com o apoio total e incondicional do clero(33) a concepção Igreja/Povo de Deus torna-se legítima.

O agrçamento da realidade sócio-econômica nos campos paraibanos, produto de uma concentração fundiária crescente, que nega ao pequeno e não proprietário o acesso à terra necessária a sua subsistência, fez com que a Igreja se colocasse ao lado dos interesses dos camponeses expropriados e expulsos da terra.

Este posicionamento da Igreja tornar-se-ia mais claro, após 1975, quando ao estímulo governamental para a expansão da pecuária, junta-se a criação do PRÓ-ÁLCOOL e o interesse em expandir o plantio da cana-de-açúcar, culminando com a expulsão de pequenos lavradores que tinham

(33) Embora os diferentes setores da Igreja na Paraíba possam divergir em termos de interpretações concretas da realidade política e da questão agrária, há no plano doutrinário outros elementos que os fazem convergir (professam a mesma fé, administram os mesmos sacramentos e principalmente, reconhecem a mesma hierarquia). Assim sendo, é da sua posição na hierarquia que, como arcebispo, D. José pode falar pela Igreja da Paraíba e pelo povo em geral.

acesso à terra para o cultivo, através do trabalho familiar nas franjas do latifúndio açucareiro.

Inúmeros conflitos decorrem daí, mas apenas parte deles rompem o "isolamento" e chega ao conhecimento público. Isso porque, o reconhecimento social e político das lutas camponesas está diretamente vinculado à atuação de elementos mediadores — pessoas ou instituições — socialmente aceitas. (34)

Assim sendo, a Igreja Católica na Paraíba(35) vem nos últimos anos, utilizando todo seu peso institucional e seu poder de persuasão — de religião oficial e dominante — para trazer à luz e a ordem do dia as lutas pela terra. Pois, ainda que a Igreja não atue em um espaço vazio de relações e forças sociais, lhe é reservado um papel, de anunciar os conflitos através da credibilidade social e imunidade de sua hierarquia. Para tanto, a imprensa lhe oferece um espaço considerável.

Apesar das restrições impostas pelo próprio caráter reformista da religião católica, o setor progressista da Igreja na Paraíba, bem desempenhando um papel significativo na defesa dos interesses das classes oprimidas e, mais particularmente dos trabalhadores sem terra, seja denunciando as injustiças sociais no campo, seja estimulando a criação de entidades de apoio as lutas camponesas.

(34) NOVAES, Regina. A questão agrária e o papel da Igreja na Paraíba. Igreja e Questão Agrária. São Paulo. Editora Loyola, 1985. p. 209.

(35) O conceito de Igreja aqui utilizado inclui agentes pastorais e trabalhadores evangelizados, que empenhados na construção alternativa da Igreja/Povo de Deus, tornam-se atores destes movimentos de luta pela terra.

Porém, ainda que a Igreja denuncie os sofrimentos de uns, causados pelas arbitrariedades de outros, procura não se envolver diretamente em articulações de caráter político. Desenvolvendo um trabalho de apenas captar e sintetizar os anseios dos trabalhadores expropriados ou ameaçados de expulsão, proporcionando a estes as condições necessárias para que sejam eles mesmos "autores de sua própria libertação". (36)

Seguindo esta linha de ação e visando prestar um apoio mais concreto as lutas camponesas, a arquidiocese da Paraíba criou o Centro de Defesa dos Direitos Humanos em 1976, sob a coordenação na época do advogado Wanderley Caixe, que atualmente preside o Centro de Defesa dos Direitos Humanos. Via Centro CDDH, muitos conflitos de terra no Estado foram enfrentados com mais consistência pelos camponeses em conflito. Estes contam na defesa dos seus interesses, com o apoio jurídico e pessoal dos membros do CDDH (advogados, religiosos, estudantes), os quais são acusados de "subversão" e passam a ser perseguidos pelos donos do Poder. Por conta disto várias prisões ilegais foram efetuadas e, até mesmo D. José Maria Pires, tem sido alvo de críticas, por parte dos representantes da classe dominante, que não perdoam a linha de ação pastoral renovadora que a Igreja passou a desempenhar nos últimos anos.

À medida que os conflitos de terra na Paraíba iam se acirrando, a separação entre a Igreja e o Estado, tornava-se mais nítida. De um lado, estava o governo representando os interesses da classe dominante, defenden

(36) NOVAES, Regina (Op. cit.), p. 210.

do o latifúndio; do outro, encontrava-se a Igreja que pregando reformas na estrutura agrária local, adotava um plano de ação eminentemente popular, defendendo os dominados. Da mesma forma, em decorrência do crescimento da violência no campo paraibano e comprovada a debilidade dos sindicatos rurais (37) na resolução de conflitos de terra e de questões trabalhistas, foi criada em fins de 1978, a Comissão de Justiça e Paz, da Diocese de Campina Grande, tendo em vista prestar assessoria jurídica aos camponeses que estavam sendo expulsos do campo, nos municípios periféricos desta cidade.

Sobre esta Comissão, a advogada Tereza Braga, (38) que atuou na assessoria jurídica desta entidade e atualmente integra a Comissão dos Direitos Humanos de Campina Grande, afirmou que aquela comissão era muito fechada, pois dela só participava o clero, representado por D. Manuel Pereira da Costa e dois assessores do mesmo, Pe. Cristiano Joosten e Pe. Charles Beylier. Posteriormente, passaram a fazer parte da referida Comissão Paulo Torres do sindicato metalúrgico e Hermano Nepomuceno pela UFPb, com uma atuação ainda muito limitada pelo próprio caráter daquela entidade.

A partir daí, a Comissão de Justiça e Paz, passou a desenvolver um trabalho de orientação e assistên

(37) A fraqueza dos sindicatos rurais na Paraíba, pode ser atribuída ao alto índice de analfabetismo no campo, a presença de elementos não comprometidos com reais interesses dos trabalhadores rurais - os chamados pelegos - à frente dos sindicatos e, do monopólio da terra que confere uma grande força aos patrões.

(38) Entrevista com Tereza Braga, Campina Grande, 27 de sentembro de 1986.

cia jurídica aos camponeses expropriados ou ameaçados de expulsão pelos latifundiários em várias áreas do Estado e, principalmente nas áreas do Brejo em torno de Campina Grande.

Com o acirramento das lutas no campo, após 1980, a Comissão de Justiça e Paz, tende a se "desligar" da Igreja, dada a posição conservadora (39) da diocese de Campina Grande, no que diz respeito ao envolvimento da mesma em conflitos desta natureza. Assim, a Comissão de Justiça e Paz, transforma-se na Comissão dos Direitos Humanos de Campina Grande (CDHCG), passando a incorporar associações populares, entidades de classe, sindicatos, na luta pela defesa dos marginalizados econômica e socialmente pelos donos do poder.

A Igreja foi, até bem pouco tempo, um veículo através do qual, as reivindicações populares chegavam até os órgãos oficiais. Hoje, a orientação da Igreja "progressista" consiste em fazer com o que o povo tenha força suficiente para lutar pelos seus direitos, através de um trabalho de orientação de base e de educação popular.

Assim sendo, em virtude da necessidade que havia de se fazer um trabalho de educação voltado para o homem do campo e, ao mesmo tempo garantir uma defesa jurídica aos trabalhadores rurais do brejo paraibano, a diocese de Guarabira criou em 1981, o Serviço de Educação Popular - SEDUP e o Centro de Orientação dos Direitos Humanos - CODH.

(39) Em Campina Grande sempre houve um atraso ideológico da diocese, tanto com D. Manuel Pereira, que podia ser considerado um moderado, quanto com D. Luis que "não gosta de se envolver" em questões de caráter político.

Inicialmente o CODH, fazia um trabalho apenas de orientação, passando posteriormente a assumir a defesa de casos coletivos de problemas de terra e de questões trabalhistas juntamente com os sindicatos.

O SEDUP, por sua vez, é uma entidade de apoio às organizações populares, que fornece os subsídios necessários (material escrito e visual, pesquisas, etc.) a estas organizações, permitindo assim, que o povo se organize de forma mais ampla e participativa. Para tanto, o SEDUP divide-se em vários setores, entre os quais se destacam o trabalho de alfabetização popular; o setor sindical que desenvolve um trabalho de apoio aos sindicatos que estão se organizando numa linha mais combativa, o trabalho de pesquisa sócio-econômica e, o setor que se ocupa em dar cursos de formação de base a lideranças sindicais e trabalhadores rurais, interessados em aprofundar a análise da sociedade. (40)

Através destas organizações e de sua participação na luta pela terra, a Igreja elabora e tenta veicular uma proposta de Reforma Agrária. A Igreja considera a Reforma Agrária dentro dos limites do regime econômico vigente ou da propriedade privada, através de uma distribuição mais justa da propriedade da terra (ou pelo menos do seu uso) e da renda, favorecendo dessa forma, "ao bem-comum e a paz social".

Uma Reforma Agrária pacífica e devidamente fundamentada na lei, é o que propõe a Igreja para solução

(40) Entrevista com Annalisa Pertolazzi do SEDUP, 19 de novembro de 1986.

nar o problema de milhares de lavradores, sem terra. Mesmo não considerando o projeto apresentado pelo governo ideal, a Igreja na Paraíba, "está tanto do lado dos trabalhadores, como solidária com as autoridades que efetivamente quise rem resolver o problema fundiário do País". (41)

Ao lado da Igreja, outras entidades civis es tão envolvidas na luta pela Reforma Agrária na Paraíba, com propostas semelhantes ou divergentes da Igre ja.

(41) Correio da Paraíba, 28 de fevereiro de 1986.

III - OUTRAS PROPOSTAS DE REFORMA AGRÁRIA

No atual período da História Brasileira — de transição democrática — o objetivo político central do Partido Comunista Brasileiro-PCB é a conquista, através da Constituinte, do Estado democrático, estruturado de forma a permitir transformações progressistas que beneficiem o povo e consolidem a democracia. A orientação política do PCB, na atualidade, consiste fundamentalmente em unir a classe operária e os setores democráticos da sociedade brasileira numa ampla frente, capaz de sustentar o Governo Sarney, impulsionar mudanças estruturais colocadas em pauta pela "Nova República" e isolar as forças reacionárias que tentam impedir a democratização em curso. (42)

Seguindo esta orientação, o PCB na Paraíba tende a se coligar com o PMDB. A coligação segundo Hermano Nepomuceno, secretário regional do PCB na Paraíba, trata-se não somente de um compromisso político, mas técnico-administrativo para a implantação da reforma agrária no Estado. Refletindo as tendências firmadas pela direção nacional do Partido, o PCB paraibano, conserva sua proposta de Reforma Agrária dentro dos quadros do regime vigente, se posicionando contrário a invasões de terras improdutivas por parte de lavradores sem terra, por entender que existem outros meios "pacíficos" de resolver a questão agrária na região. Assim sendo, considera o PNRA (Plano Nacional

(42) Avançar na transição, consolidar a Democracia, construir o Partido. Resoluções da direção do PCB. Voz da Unidade (documento), 15 a 22/08/86.

(43) O NORTE, João Pessoa, 23 de julho de 1986.

de Reforma Agrária), apesar de tímido, indispensável para viabilizar, a curto prazo, a democracia no país.

Ao contrário do PCB, o PT (Partido dos Trabalhadores) estabelece como política a rejeição de qualquer aliança com a "Nova República" considerando que não há um interesse real da mesma em promover a Reforma Agrária, pois além de não haver nenhuma razão de ordem econômica para realização de uma reforma agrária na nossa estrutura agrária, uma vez que, a concentração fundiária e a miséria generalizada no campo e nas cidades, não constituem um empecilho para o desenvolvimento do capitalismo no país, mas, ao contrário são produtos do seu avanço; há uma forte pressão por parte dos latifundiários que continuam sendo uma das bases de sustentação do regime em vigor, no sentido de evitar fazer qualquer concessão a classe trabalhadora, pois, isto abalaria a manutenção do nível de exploração e de controle político destes últimos por aqueles primeiros.

O PT considera a Reforma Agrária dentro da perspectiva de luta da classe trabalhadora, trata-se de uma reforma feita a partir da mobilização dos trabalhadores, ou seja, sob controle destes e que atenda aos seus interesses. Sua proposta de reforma agrária pode ser resumida em quatro aspectos: Ampla, para atingir a todo o país e a todos os latifúndios; Massiva, capaz de atender a milhões de famílias sem-terra; Imediata, porque a situação atual agrava-se a cada dia e, sob controle dos trabalhadores, pois são eles os principais interessados na realização da Reforma Agrária. O PT prevê ainda a implantação de uma política agrária que objetive o fim da atual estrutura fundiária; a qual está pautada na grande empresa capitalis

ta e nos latifúndios; a nacionalização do solo, com a expropriação das terras que pertencem a empresas multinacionais; exploração imediata de toda terra disponível em benefício dos trabalhadores rurais sem-terra e, a criação de mecanismos econômicos e financeiros como forma de apoio indispensável à exploração da terra.

Além de se manifestar favoravelmente em relação a reforma agrária imediata, o PT na Paraíba, tem reivindicado o desarmamento imediato do latifúndio e a punição dos crimes cometidos por este último, exigindo ao mesmo tempo, que o governo assegure o cumprimento da Constituição, que condiciona o direito de propriedade à sua função social e garante a igualdade de condições de vida e a segurança para todos os cidadãos. (44)

Em represália ao PNRA, foi criada a União Democrática Ruralista (UDR), pelos grandes proprietários de terra da Paraíba, em 11 de agosto de 1986. A exemplo das entidades desse tipo já organizadas nacionalmente, a UDR paraibana, irá ressaltar a necessidade de se defender, intransigentemente, a propriedade privada no setor rural, caracterizando a reforma agrária do governo de "ideológica e deturpada", por achar que a mesma está cheia de erros técnicos, estimulando assim, as invasões de terras e provocando conseqüentemente os conflitos entre proprietários e trabalhadores rurais.

Segundo esses proprietários, os casos de invasão de terras no estado devem ser levados prioritariamen

(44) O NORTE, 8 de junho de 1986. p. 6.

te à justiça se esta não corresponder aos seus interesses, os mesmos devem defender o seu patrimônio à mão armada.

Entre as declarações dos membros da UDR na Paraíba, encontramos os mesmos chavões utilizados nos discursos das parcelas mais reacionárias da sociedade brasileira. O agropecuarista Ermírio Leite, presidente da Associação dos Proprietários Rurais, manifestou-se da seguinte maneira: "a propriedade é um lar e como tal não pode ser invadida sem que seu dono a defenda da forma mais apropriada. É um direito que assiste ao cidadão expulsar os ladrões de sua casa de qualquer jeito". Já o usineiro Zito Buarque lembrou aos membros desta organização que não há razão para dividir a terra, pois: "Se temos propriedades, é porque trabalhamos arduamente para adquiri-las. A terra é fruto de nosso suor e por isso mesmo temos que defendê-la, custe o que custar". (45)

Este posicionamento radical dos latifundiários paraibanos refletê o quanto são restritas as perspectivas de Reforma Agrária na Paraíba, limitadas tanto pela pressão do poder econômico desses grupos, que dominam politicamente o estado, contando inclusive com representatividade a nível federal, como pelo próprio desinteresse do Governo em realizá-la de fato. Em oposição a estas forças, os camponeses e assalariados rurais na Paraíba, vem se mobilizando no sentido de concretizar a Reforma Agrária.

(45) Proprietários Rurais: a reforma agrária é ideológica e deturpada. Jornal da Paraíba, 25-03-86.

PERSPECTIVAS DE REFORMA AGRÁRIA NA PARAÍBA (Considerações Finais)

A modificação da estrutura agrária de um país, mediante uma ação deliberada do Estado, visando uma distribuição mais equitativa da terra e da renda agrícola é a definição mais usual de Reforma Agrária feita sob o capitalismo. Trata-se, portanto, de um processo reformista que visa apenas reforçar o próprio capitalismo, excluindo dessa forma, os interesses mais gerais do conjunto da classe trabalhadora. Ao contrário desta, a Reforma Agrária feita sob o controle da classe trabalhadora, constitui-se na única proposta verdadeiramente democrática de Reforma Agrária, à medida em que ela questiona a própria forma de dominação capitalista da sociedade.

No Brasil, a crítica à concentração da propriedade fundiária já podia ser observada nos meados do século passado, com a criação da Lei de Terras em 1850, que restringiu o acesso às terras públicas, através da eliminação do regime de posse, ao mesmo tempo em que criava as bases para a constituição de um mercado de trabalho livre.

Posteriormente, no final do século XIX e início do século XX, os trabalhadores rurais encontrariam na luta pela terra uma forma de livrar-se da exploração a que eram submetidos pelos senhores de engenho e barões de café. Estes últimos estiveram sempre unidos para impedir o acesso à terra ao trabalhador do campo, uma vez que, se parada da terra, não restaria ao mesmo outra alternativa senão sujeitar-se a um patrão. Assim, cercou-se a terra para manter a força de trabalho livre para o latifúndio.

Na década de 20, a própria Reforma Agrária foi proposta pelos "tenentes", como sendo parte constitutiva do conjunto de transformações pelas quais acreditavam que o país deveria passar. A proposta de Reforma Agrária dos "tenentes" era extremamente limitada, ao se tratar do "retalhamento em lotes de uma fazenda de propriedade do Banco do Estado" e, mesmo esse vago projeto, foi abandonado quando a cúpula do movimento se aliou com alguns elementos ligados ao café.

Mas, foi no final dos anos 50 e início dos anos 60 que a Reforma Agrária transformou-se num grande debate nacional, à medida que a mesma passa a ser julgada uma condição necessária para implementar uma nova etapa de desenvolvimento no país. A Reforma Agrária proposta neste período visava alterar a estrutura econômica do país, através de uma distribuição mais equitativa da terra e da renda, permitindo assim, uma maior produtividade agrícola e, ao mesmo tempo, criando o mercado interno necessário à expansão industrial.

Porém, a projeção que a questão agrária assumiu naquele momento estava intimamente ligada ao crescimento de um amplo movimento camponês que através de suas organizações e de ações concretas, questionava a estrutura fundiária dominante no país, considerando que esta violava dos direitos mínimos de cidadania, pois nem sequer era permitido aos trabalhadores rurais o direito de associação sindical. Até o final da década de 50, só foram reconhecidos cinco sindicatos rurais em todo Brasil, mas nenhum deles na maior área de tensão social que é o Nordeste. Nesta área, o diálogo entre empregados e empregadores se tornou

inexequível tanto pela ausência de meios legais como pela resistên
cia dos empregadores ao diálogo preferindo utilizar a violência e
a coerção como forma de resolver questões trabalhistas, con
tando para isso, com a conivência e apoio concreto do Esta
do.

O debate em torno da Reforma Agrária orien
tou-se, a grosso modo, em duas grandes tendências: a que
privilegiada a necessidade de uma modernização no campo, vi
sando acelerar a penetração capitalista na agricultura do
país, através de uma política de desenvolvimento agrícola,
cujos benefícios, segundo seus defensores, se estenderiam
à toda sociedade, melhorando inclusive o padrão de vida dos
trabalhadores rurais; e a que enfatiza a necessidade de
uma transformação radical de nossa estrutura fundiária, com
a eliminação do latifúndio e implantação de uma agricultu
ra de base camponesa.

Com a crescente mobilização camponesa no
país, a partir dos anos 50, e mais particularmente com o
aparecimento das Ligas Camponesas no Nordeste no final de
citada década, a Reforma Agrária transformou-se numa ques
tão eminentemente política, não podendo dessa forma, ser
mais ignorada pelo Estado.

A organização efetiva do campesinato brasi
leiro iniciou-se no período que se segue à redemocratiza
ção de 1945, quando começava a se tornar considerável o nú
mero de lavradores sem terra que não conseguiam sequer ven
der sua força de trabalho de forma permanente. Porém, à
pressão do poder econômico dos grandes proprietários e às
restrições burocráticas ao sindicalismo rural, levaria os

trabalhadores do campo a constituírem associações civis, logo conhecidas como Ligas Camponesas baseadas no Código Civil brasileiro. Estas passam a ser em grande parte fomentadas pelo PCB, cuja política, naquele momento estava direcionada no sentido de fazer uma aliança operário-camponesa para concretizar a "revolução brasileira", formando no Campo, uma base política capaz de neutralizar o domínio das oligarquias tradicionais.

Em 1947, o PCB retornou à ilegalidade, e as ligas ou associações foram violentamente abafadas, muitas vezes, a repressão ao movimento era feita diretamente pelos latifundiários e por seus jagunços, uma espécie de polícia privada a serviço do latifúndio. Assim sendo, a maior parte dessas entidades que em curto período de existência não havia desenvolvido nenhum tipo de resistência, foi desarticulada ou mesmo extinta. (TAVIL. 1970)

Ao contrário das ligas criadas por influência do PCB após 1945, que não conseguiram criar bases de sustentação nem se tornar um movimento social abrangente, o movimento camponês que ⁴surgiria no final da década de 50, apresentaria níveis superiores de mobilização e organização, apontando para transformações nas relações de poder.

Nesta nova etapa de mobilização camponesa destacaram-se os "Congressos Camponeses", que suscitariam a criação de entidades nacionais destinadas a defesa e representação dos interesses do campesinato. Seguindo esta orientação, foi criada a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil) em 1954, sob a hegemonia do PCB. A ULTAB que seria o germe da futura Confederação dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG), levantaria a luta pe

la terra como bandeira principal da reforma agrária no Bra
sil. No documento intitulado "Carta dos Dir
eitos e Reiv
indicações dos Trabalhadores Agrícolas", propunha também, a
extinção do Cambão, da parceria e do pagamento em espécie,
dentro da visão do PCB de eliminar os "restos feudais" da
agricultura brasileira.

Na Paraíba, onde a dominação do bloco agro
industrial era preponderante, o movimento pela organização
do campesinato aconteceria, inicialmente, a reboque das
idéias de Pernambuco.

Foi em virtude das dificuldades legais para
se criarem sindicatos rurais que surgiram as Ligas Campone
sas na Paraíba. A criação da primeira Associação dos Tr
abalhadores e Lavradores Agrícolas da Paraíba, mais conheci
da como Liga Camponesa de Sapê, tinha como finalidade a
prestação de assistência social aos arrendatários, assala
riados e pequenos proprietários agrícolas do município de
Sapê e adjacências, bem como a defesa de seus interesses,
mas tudo acordo com a legislação do país.

Por outro lado, o envolvimento inicial de
pessoas estranhas à categoria dos lavradores (Farmacêuti
cos, Agrônomos, comerciantes, funcionários públicos, etc.)
constituía-se numa precaução as represálias do Grupo da
Várzes e, uma maneira de quebrar o isolamento desta organi
zação, conquistando assim, a opinião pública. Mas, quando
as ligas começaram a denunciar publicamente os abusos e
arbitrariedades que aconteciam nas usinas, fazendas e enge
nhos, pleiteando justiça e direitos, os proprietários, que
até então tinham se mantido intocáveis no poder, protegidos
pelo aparelho repressivo do Estado e pela polícia para-mili

tar à serviço do latifúndio, investiram violentamente so
bre aquelas organizações camponesas.

A partir desse instante, o campesinato pa
raibano passou a ser visto como força política que deveria
ser vencida e arrasada pelo Grupo da Várzea. Daí a razão
do assassinato de João Pedro Teixeira, presidente da Liga
de Sapê, por jagunços a mando desse grupo, como se elimi
nando-o do cenário político, fosse possível anular a ação
das Ligas que começava a questionar a propriedade privada
e conquistar o prestígio de um movimento de contestação po
lítica.

À medida que se aprofundava o debate sobre
a Reforma Agrária, em decorrência da crescente mobilização
do campesinato, os latifundiários recorriam aos mais varia
dos instrumentos de repressão às Ligas Camponesas. Afora
toda a violência cometida pelo latifúndio, a política con
traditória do PCB, nesse momento, foi em grande parte res
ponsável pela desarticulação do movimento camponês paraiba
no. Em decorrência direta das análises da Internacional
Comunista que apontavam para a existência de "restos feu
dais" no campo brasileiro, o PCB lança a proposta de frente
única com a burguesia nacional, objetivando concretizar a
"revolução democrática burguesa". À medida que essa poli
tica se ampliava, há uma restrição aos propósitos das lu
tas camponesas, que passam a ocupar um plano secundário, em
relação aos interesses do operariado. A Reforma Agrária
dentro desse contexto passa a ser pleiteada através da
ação legal e dentro do regime vigente. Assim, quando as
ligas radicalizavam a luta pela Reforma Agrária, o PCB
passa a estimular a criação de sindicatos rurais, visando
neutralizar a ação das mesmas.

No momento em que se acentuou o processo de sindicalização do campo, promovido pelo Estado populista, visando rebocar o movimento agrário, a competição entre os sindicatos e as ligas se tornaria eminente, culminando com o esvaziamento das mesmas. Estas são desarticuladas com o golpe militar de 1964, que reprimiu fortemente o movimento camponês, interviu sobre os sindicatos e passou a perseguir todos aqueles que tivessem algum tipo de ligação com o PCB.

Após 1964, o governo militar reconhecendo a necessidade de intervir sobre a agricultura do país de forma a modernizá-la implementou uma política agrícola destinada a elevar a produtividade do setor agropecuário exportador, através de amplos recursos financeiros e fiscais, que favoreceram a criação de uma sólida classe empresarial rural, a qual passou a concentrar a maior parte das terras existentes no país, em detrimento de um grande número de lavradores sem terra.

Nos anos que se seguiram ao golpe, os sucessivos arranjos de poder entre as forças que o sustentaram, fizeram com que, no decorrer dos governos militares, a perspectiva modernizadora triunfasse, em detrimento de medidas concretas de alteração fundiária.

O Estatuto da Terra criado em 1964, em razão da mobilização dos trabalhadores rurais sem terra, foi desviado dos seus objetivos iniciais de promover a Reforma Agrária, não passando de letra morta no ordenamento jurídico brasileiro, favorecendo contraditoriamente a concentração fundiária e a modernização do latifúndio. Por outro lado, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária-IBRA, cons

tituído neste mesmo período, com o objetivo de promover a redefinição de nossa estrutura fundiária, transforma-se posteriormente, no final da década de 60, no Instituto de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, que estabelece como ponto essencial a colonização de áreas novas, mediante a remoção e assentamento de lavradores desalojados pelo aumento da concentração da terra ou removidos de áreas de tensão. A partir de então, será dada prioridade aos projetos de colonização particular e oficial na fronteira do país, em detrimento de uma mudança efetiva na nossa estrutura fundiária.

Dentro desta mesma política, no Governo Médici, foi criado o PIN-Plano de Integração Nacional, com a finalidade estratégica de promover o deslocamento de parte da população rural das áreas de maior tensão social e mobilização política para áreas consideradas vazios demográficos. Dentro desse programa se insere a construção da Transamazônica e a implantação de agro-vilas por parte do INCRA nas margens desta rodovia, para onde o governo planejava deslocar uma parcela da população do Nordeste, área de forte tensão social e que havia sido palco de expressiva mobilização política dos camponeses na década anterior.

Nos anos 70, o debate em torno da Reforma Agrária é abandonado, devido a forte repressão que se estabelece no país, desviando a solução da questão agrária para mudanças de ordem meramente técnicas, relacionados ao aumento da produtividade através da modernização do latifúndio.

A partir de 1978, a crise econômica e a crise econômica e a crise política se conjugam, levando a necessidade de uma progressiva liberalização do regime militar, tornando possível o reaparecimento das reivindicações

populares, para a realização de uma Reforma Agrária no País.

A CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), criada no final de 1963 e que atualmente é o órgão máximo do sindicalismo rural brasileiro, passa a assumir no final da década de 70 uma atitude mais combativa em favor da Reforma Agrária, o que torna-se claro com a realização do seu III Congresso, que assume as seguintes posições: a) exigir do governo a imediata decisão política de implantação da Reforma Agrária, massiva e drástica; b) assumir a luta pela Reforma Agrária através de uma linha de ação integrada nas bases, buscando formas práticas de conscientização, de organização e de mobilização dos trabalhadores rurais.

Muito embora houvesse por parte do Governo Militar e da própria sociedade um alijamento da luta e do debate em torno desta Reforma, o mesmo não ocorreu com os trabalhadores rurais, para quem esta bandeira permaneceu viva, alimentada pela sua miséria crescente, pela violência do latifúndio, pelo desrespeito aos poucos direitos adquiridos. Foi esse setor que, retomando aos poucos sua organização, à medida em que cresciam as expulsões no campo e os conflitos se multiplicavam, teve peso decisivo na volta do debate sobre a Reforma Agrária, pressionando o governo da "Nova República" a se pronunciar a respeito e a se comprometer com uma proposta que implicasse numa mudança na estrutura da propriedade fundiária do país.

No período anterior a implantação da "Nova República", houve um crescimento das lutas que exigiam a realização de uma Reforma Agrária ampla, massiva e radical

no Brasil, que caminhasse no sentido de promover a extinção dos latifúndios e a expropriação das grandes empresas nacionais e multinacionais, que controlam a maior parcela das terras no país, permitindo o acesso a terra aos que dela foram expulsos, garantindo ao mesmo tempo, condições dignas de vida e trabalho.

Com a transição política em curso no país, crescem as esperanças de que aquela Reforma seria verdadeiramente realizada. Mas o governo da "Nova República", resultado deste processo de transição, logo tornaria evidente que não há um interesse real em implementá-la, atendendo uma a uma as exigências dos latifundiários e recuando até mesmo de suas tímidas propostas contidas no Plano Nacional de Reforma Agrária.

Na realidade, a "Nova República" só se sentiria obrigada a realizar qualquer transformação no campo, se houvesse razões de ordem econômica ou política muito graves que ameaçassem o desenvolvimento capitalista no País.

Com a modernização do latifúndio, não existe para as classes dominantes (se é que existiu algum dia) razões de ordem econômica para a realização de uma Reforma Agrária tendo em vista que, a existência de um grande contingente de trabalhadores sem terra, a fome e a miséria de mais da metade da população não são empecilho ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Ao contrário, são os frutos do seu avanço.

Assim sendo, o governo Sarney prossegue com a velha política dos incentivos fiscais às grandes empresas "interessadas" em investir produtivamente no campo, favorecendo mais ainda a associação do latifúndio com o

grande capital, seja ele nacional ou multinacional. Dessa forma, estas empresas conseguem aumentar a sua produtividade, utilizando cada vez mais mão-de-obra assalariada (na maior parte das vezes temporária) e tecnologia moderna. O que dito de outra maneira, significa que, objetivando atender às necessidades do mercado internacional e o pagamento da dívida externa, o governo irá promover a produção voltada para a exportação em prejuízo da pequena produção de alimentos.

Por sua vez, os grandes proprietários e capitalistas agrários que constituíram uma das bases de sustentação do regime de dominação política anterior, permanecem no poder e continuam se opondo a qualquer transformação no campo. O compromisso do governo com os latifundiários e as grandes empresas proprietárias de terra, pode ser medido claramente pela composição do Congresso Nacional, pelos vários incentivos às grandes propriedades e pela conivência e acobertamento do governo aos crimes cometidos contra líderes sindicais, trabalhadores sem terra e religiosos ligados à luta pela Reforma Agrária, pelos proprietários de terra e suas organizações, garantindo-lhes a mais absoluta impunidade.

Portanto, o que de fato motivou o governo Sarney a incluir no seu discurso a realização da Reforma Agrária foi o crescimento das mobilizações e o acirramento das lutas sociais no campo, que foram cada vez mais conseguindo o apoio e a simpatia dos setores urbanos no sentido de pressionar o governo a tomar uma posição contra o latifúndio e as grandes empresas nacionais e multinacionais que controlam a maior parcela das terras no país.

Em resposta a esta situação, foi criado o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária. A partir daí, o governo vai atraindo e cooptando diversos setores do movimento sindical, da Igreja, de entidades de pesquisa e apoio para o seu projeto, com a finalidade de impedir o avanço destas lutas, isolando os setores mais combativos do movimento.

Quando foi lançado no IV Congresso da CONTAG em maio de 1985, este plano estava bastante próximo do conjunto de reivindicações colocadas pelos trabalhadores, naquele evento. Porém, dada a resistência dos latifundiários (principalmente dos pecuaristas) e empresários rurais a versão original do PNRA, foi reformulada, tornando-se ainda mais tímida do que era inicialmente. A partir de então, houve um afastamento gradativo da proposta do governo, em relação à proposta dos trabalhadores, culminando com o plano assinado pelo Presidente Sarney, que não atende minimamente os interesses da classe trabalhadora. Isso significa que, primeiro o governo simulou um processo democrático, incentivando os trabalhadores e suas entidades a participarem do debate sobre a Reforma Agrária, para em seguida abandonar as sugestões dos mesmos da versão final do plano.

O PNRA em vigor é ainda mais atrasado do que o próprio Estatuto da Terra, pois, enquanto este último estabelecia como prioritárias para a desapropriação as áreas de conflito e as de concentração de meeiros e arrendatários, o plano atual eliminou estas áreas, sob a justificativa de que esse tipo de prioridade incentivava as invasões de terra, deixando de beneficiar potencialmente meio milhão de trabalhadores rurais. Outro ponto contraditório

no plano, é a introdução do conceito "latifúndio produti
vo", pois, independentemente do tamanho da propriedade, se
ela tiver benefícios, plantação ou criação animal, ela es
tará isenta de ser objeto de reforma. Além disso, jogou-
se para os INCRA's estaduais a responsabilidade de reali
zar os planos regionais. Considerando que estes órgãos não
estão sendo estruturados para realizar a reforma, inevita
velmente não apresentarão muitos progressos neste sentido.

Fica claro portanto, que o que se fez até
hoje na "Nova República" em termos do PNRA, tem o objetivo
de impedir o avanço e desgastar as lutas pela terra. Para
isso, o Estado tem adiado continuamente qualquer ação con
creta, resolvendo apenas casos isolados e realizando desa
propriações de terras há muito tempo ocupadas, o que sem
dúvida não deixa de ser vantajoso para os grandes proprie
tários que são pagos em dinheiro e no preço de mercado por
terras que legalmente (segundo a lei do usucapião) já eram
dos posseiros.

A análise desenvolvida acima mostrou que a
"Nova República" veio somente para mudar e "modernizar" as
formas de dominação sobre os trabalhadores, não veio para
promover mudanças profundas na organização da sociedade e
muito menos na realidade de exploração e miséria existente
no campo.

Na Paraíba, existem cerca de cento e vinte
áreas de conflito, das quais uma grande maioria estão loca
lizadas nos brejos, onde o confronto entre proprietários e
pequenos lavradores sem terra tem aumentado na proporção
em que crescem as expulsões no campo. Nestas áreas onde
havia uma grande concentração de pequenos produtores, os

conflitos tendem a se agravar à medida que o processo de mo
dernização da agricultura nos últimos anos, impulsionou a
expansão do latifúndio para região do brejo, provocando a
expulsão destes pequenos lavradores.

A Campanha pela Reforma Agrária na Paraíba,
foi lançada oficialmente no início de 1983, quando seguin
do a linha traçada pela CONTAG e por outras instituições
envolvidas na questão da terra, os camponeses paraibanos
organizaram amplas manifestações e mobilizações no sentido
de pressionar o governo a se posicionar a favor da Reforma
Agrária.

Com a realização do IV Congresso Nacional dos
Trabalhadores Rurais, a Reforma Agrária ampla, massiva, ime
diata e sob controle dos trabalhadores, passa a ser reivin
dicada como única forma de resolver a questão agrária no
nosso estado.

Diante do recuo e da timidez do PNRA em sua
versão final e da falta de determinação e decisão dos ór
gãos oficiais em promover aquela reforma, há um agravamen
to do quadro de tensão social, na Paraíba, que assume pro
porções alarmantes, com consequências imprevisíveis. O
INCRA na Paraíba, tem mantido uma postura que, pela morosi
dade com que os processos de desapropriação das áreas em
conflito são encaminhadas (algumas já com mais de doze anos
em tramitação), tem servido para acirrar ainda mais as lu
tas, levando ao descrédito da instituição.

Em resposta a esta situação, os trabalhado
res ocuparam a sede do INCRA em fevereiro deste ano, visan
do pressionar as autoridades a promoverem a imediata desa
propriação daquelas áreas, mediante a aplicação do PNRA e

do Estatuto da Terra, afirmando que "estão cansados de esperar o cumprimento da promessa feita pelo governo e não vão ficar de braços cruzados". Nessa ocasião foi apresentado um documento a direção do INCRA, reivindicando: a desapropriação de todos as áreas de conflito do estado; desarmamento dos proprietários e seus capangas; imediata marcação e assentamento nas áreas já desapropriadas, com participação dos trabalhadores e dos seus sindicatos; e a demarcação original da reserva indígena da Baía da Traição. Sob a alegação de que faltam recursos técnicos e financeiros para resolver o problema, a diretoria daquele órgão oficial, mostrou-se disposta a assumir apenas compromissos de questões "possíveis de serem solucionadas".

O "emperramento" burocrático do INCRA, deve-se ao fato de que o mesmo foi criado justamente para não fazer a Reforma Agrária, daí existirem inúmeras dificuldades para a implementação desta Reforma.

Além de iniciativas desta natureza, em suas próprias bases, os trabalhadores rurais, têm realizado mutirões para o plantio de roças e para reconstrução de casas e escolas destruídas pela violência do latifúndio, bem como, continuam sendo inúmeros os abaixo-assinados denunciando as arbitrariedades do patronato rural, da mesma forma que, as ações coletivas na justiça contra a classe patronal, são sempre acompanhadas de forte mobilização e unidade da categoria, que contam com forte apoio do movimento sindical, da Igreja e de outros setores comprometidos com a luta pela Reforma Agrária na Paraíba.

Apesar disto, o clima de violência no campo paraibano intensifica-se a níveis insuportáveis. Ultima

mente o latifúndio tem desenvolvido uma forte campanha con
tra qualquer iniciativa de Reforma Agrária, principalmente
após a criação da UDR no Estado, procurando convencer a o
pinião pública de que, os grandes proprietários do estado,
estão sendo vítimas de "agitadores" e "terroristas", al
guns inclusive "infiltrados" no governo; seja intensificando
a violência contra os trabalhadores que lutam pelo acesso
à terra, e aumentando a pressão junto ao governo, no
sentido de barrar a implantação do PNRA na Paraíba, o que
sem dúvida tem funcionado, mesmo porque, este grupo goza
da mais absoluta impunidade, utilizando o respaldo do po
der, para cometer toda a ordem de excessos.

Assim, fica claro que a Reforma Agrária na
Paraíba depende da mobilização popular e da capacidade de
luta e de resistência dos trabalhadores do campo e da ci
dade, considerando que esta luta não é uma bandeira isolada
de uma categoria, mas representa a aspiração mais geral
de todos.

A Reforma Agrária ampla, massiva, imediata
e sob o controle dos trabalhadores, consiste na única for
ma verdadeiramente democrática de resolver a questão agrária
na Paraíba. Para isso, os trabalhadores estão reivindic
ando e esperando a desapropriação imediata (da terra)
prometida.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manoel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- _____. A SECA: Realidade e Mito. Pernambuco, Editora ASA, 1985. 90 p.
- _____. Nordeste: a reforma agrária ainda é necessária? Editora Guararapes, Recife, 1981, Vol. 2.
- AUED, Bernadete Wrublevski. A Vitória dos Vencidos (Partido Comunista Brasileiro-PCB e Ligas Camponesas 1955-64). Campina Grande, dezembro, 1981. (Dissertação apresentada ao Mestrado em Sociologia da UFPb - Campus II). mimeog.
- AZEVÊDO, Fernando Antônino. As Ligas Camponesas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- BENEVIDES, Cezar. Camponeses em Marcha. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960.
- CATANI, Afrânio Mendes. O que é Imperialismo. 3a. edição. São Paulo, 1982.
- EISENBERG, Peter. Modernização sem Mudança. A Indústria Açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- FONSECA, Gondim. Assim falou Julião. São Paulo, Fulgor. 1962.

GUIMARÃES, Alberto Passos. A Crise Agrária. 2a. edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

Quatro Séculos de Latifúndio. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

IANNI, Octávio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil, 2a. edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

JULIÃO, Francisco. Que São as Ligas Camponesas ? Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962.

KAUSTKY, Karl. A Questão Agrária. Rio de Janeiro. Laemert. 1968.

MARTIN, Cipriano Calvarro. Da Ação da Igreja Nordestina no Campo Sócio-Econômico da década de 1950. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1984 (Tese de Mestrado em História).

MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil (As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político). 2a. edição. Petrópolis, Vozes, 1983.

MARX, Karl. O Capital, 2a. edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971, Livro 1, Vol. II.

NOVAES, Regina. A Questão Agrária e o papel da Igreja na Paraíba. Igreja e Questão Agrária. São Paulo, Ed. Loyola, 1985.

OCTÁVIO, José. Tensão Social e Revolução na Paraíba. Uma Abordagem dos Antecedentes Paraibanos da Revolução de 1964. João Pessoa, 1976. mimeo.

OLIVEIRA, Francisco. Elegia para uma Re(li)gião. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

PAIVA, R. Miller. O Comportamento do setor agrícola no desenvolvimento econômico brasileiro: "uma apreciação crítica". Campinas, Curso de Formação da Instrutores em Administração Rural/CATI, Mimeog., 1976.

PRADO JÚNIOR, Caio. A Questão Agrária no Brasil. Brasiliense, São Paulo, 1979.

ROLIM, Francisco Cartaxo. Religião e Classes Populares, Petrópolis, Ed. Vozes, 1980.

SANDRONI, Paulo. Questão Agrária e Campesinato (a "funcionalidade" da pequena produção mercantil). Coleção Teoria e História, nº 9, São Paulo, Editora Polis, 1980.

SILVA, José Graziano da. A Modernização Dolorosa (Estrutura Agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil).

_____. O que é Questão Agrária. 5a. ed. São Paulo, Brasiliense, 1982.

VEIGA, José Eli. O Que é Reforma Agrária. 2a. ed., São Paulo, Editora Brasiliense, 1981.

VIOLÊNCIA RURAL E REFORMA AGRÁRIA. João Pessoa-Pb., Colina da Primavera Editora, 1986. (Relato de Maria da Penha, dirigente do SRT de Alagoa Grande).

WANDERLEY, Maria de Nazaret Boudel. O Camponês: Um Trabalhador para Capital (Versão Preliminar para Discussão). Campinas, 1979, mimeo.

PERIÓDICOS

ALMEIDA, Luciano Mendes. Reforma Agrária. IN: O Recado. São Paulo, 68, 4-5, out. 1985.

BAIARDI, Amilcar. A Penetração do Capitalismo na Agricultura e a Reforma Agrária. IN: Reforma Agrária, Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária-ABRA, Campinas, V. 12 (1):3-13, jan/fev.1982.

JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. PRÓ-ÁLCOOL: Concentração fundiária e conflitos sociais no Agreste Paraibano. IN: História: ensino e pesquisa. Porto Alegre, Sulina Editora, Ano 1(1):86-89. mar/1981.

KOURY, Mauro G. P. Breve história do movimento Camponês No Nordeste. IN: Raízes. Campina Grande, Mestrado em Economia e Mestrado em Sociologia da UFPb-Campus II. Ano II, V. 2 (2-3):167-169, jan-dez,1983.

NOGUEIRA, Antonio de Pádua Ferraz. A reforma Agrária da Nova República e sua inviabilidade Sócio-Econômica e Jurídica. IN: Aspectos Econômicos, Jurídicos e Sociais da Reforma Agrária. Coleção Sopral, São Paulo, nº 8, 41-62, nov. 1985.

Objetivos econômicos da Reforma Agrária. IN: A Rural. Revista da Sociedade Rural Brasileira. São Paulo. Ano LXVI, 595, 26-35, janeiro/1985.

PINTO, Luiz Carlos Guedes. O Programa Nacional do Alcool: Seus Reflexos na Concentração da Terra e da Tenda. IN: Reforma Agrária, Boletim da ABRA, Campinas, Ano 10, (1):32-36. 1980.

PINTO, Lúcio Flávio. Amazônia: Grilagem e Violência. IN: Tempo e Presença. Revista mensal do CEDI (Centro Ecu
mênico de Documentação e Informação). São Paulo, Nº
211, 12-13, agosto de 1986.

POLLETO, Ivo. Caminhos da Anti-Reforma Agrária. IN: Tem
po e Presença. Revista mensal do CEDI. São Paulo, Nº
211, 4-7, agosto de 1986.

SIGAUD, Lygia. "Congressos Camponeses". IN: Reforma Agrá
ria, Boletim da ABRA. Campinas, V. 11, nº 6, nov/dez.,
1981.

SILVA, José Francisco. O Programa Energético e os Trabalha
dores Rurais. IN: Reforma Agrária, Boletim da ABRA, Cam
pinas, V. 12(1):8-12, JAN/FEV.1982.

JORNAL DO BRASIL (SP), 1986.

CORREIO DA PARAÍBA, 28-02-1986.

GAZETA DO SERTÃO, Campina Grande, 13 a 19/07/1986, Reforma
Agrária, p. 10.

O NORTE (Pb).

15.02.1984

26-27-28/02 de 1986.

17-05-1986

08-06-1986.

JORNAL DA PARAÍBA;

25.03.86

12.08.86.

VOZ DA UNIDADE;

25.04 a 01/05/1986

09 a 15/05/1986

16 a 22/05/1986

30/05 a 05/06/1986

27/06 a 03/07/1986.

DOCUMENTOS

Avançar na transição, consolidar a democracia, construir o Partido. Resoluções da Direção Nacional do Partido Comunista Brasileiro. PCB. Voz da Unidade, 15 a 22/08/1986.

Carta da Central Única dos Trabalhadores (CUT)-PB, para o Ministro do Desenvolvimento e da Reforma Agrária. Dante de Oliveira. João Pessoa, 05 de junho de 1986. (Arquivo Particular).

CNBB. Os Comunistas e a Reforma Agrária. Comunicado Mensal. Rio de Janeiro. 18. 7-8, mar. 1954.

Documento Reivindicatório Elaborado durante o encontro dos trabalhadores rurais da Paraíba; Guarabira, 11 de agosto de 1985. (SEDUP).

Estudos da CNBB. Pastoral da Terra: posse e conflitos. São Paulo, Ed. Paulinas, 13, 1976.

PCB. Proposta para Constituinte. Jornal do Brasil, 13.04.85, 1º Caderno.

1º PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA DA NOVA REPÚBLICA
(1985-1989). Brasília, DF, Outubro de 1985.

Programa, Manifesto, Estatuto e Discurso do Partido dos
Trabalhadores.PT, São Paulo, 1986 (Comitê do Partido).

Projeto de Apoio à Ampliação da Comissão dos Direitos Hu
manos de Campina Grande. Campina Grande, outubro. 1984
(Arquivo da Comissão).

Quem tem medo da Reforma Agrária. Dossiê das reações ao
1º PNRA, CEDI, maio/agosto de 1985.

ENTREVISTAS

Entrevista com Tereza Braga, advogada da Comissão dos Di
reitos Humanos de Campina Grande. 27 de setembro de
1986.

Entrevista com Annalisa Bertolazzi do SEDUP, Campina Gran
de, 19 de novembro de 1986.